

11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 53ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 17 DE MARÇO DE 2007, ÀS 09 HORAS E 38 MINUTOS.

## SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Com a presença—

[soa a campainha].

Com a presença do Presidente do BNDES, Dr. Demian Fiocca, nós vamos analisar a evolução, os principais indicadores do Banco, o volume de crédito, os principais programas, o processo de aprovação, a agilização do processo de aprovação, as linhas de financiamento para micro e pequenas empresas, enfim, todas as informações que são de interesse da sociedade no que se refere ao desempenho do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Quero, primeiro agradecer ao Presidente Demian Fiocca, a rigor, o nosso calendário era para que essa exposição viesse a ser feita na próxima semana, na terça-feira. Mas, como o Secretário do Tesouro Nacional viajou para Washington, acompanhando o Ministro da Fazenda, nós invertemos a nossa pauta. Então, ficou para hoje o BNDES; para a próxima terça-feira, o Secretário do Tesouro Nacional e, para a outra, já pré-agendado, o Secretário da Receita Federal do Brasil, que virá também expor a evolução da Receita. Bom dia, Senador.

Então, nós hoje teremos uma exposição. Nós vamos, também estamos distribuindo já as planilhas que vão constar à exposição do professor e amigo Demian Fiocca sobre a evolução do BNDES, que eu, de antemão, digo que é um dos melhores momentos da história do Banco. E nós vamos ver aí que há avanço bastante expressivo na carteira do Banco, nos projetos estruturantes, na aprovação de projetos, na agilização da aprovação de projetos. E esse tipo de informação ajuda também a gente se dar conta que nós estamos atravessando um período de aceleração dos investimentos. Quer dizer, além da eficiência do BNDES, a demanda por projetos, por novos projetos de investimento, inclusive de projetos estruturantes, vem crescendo aceleradamente, o que revela o potencial de aquecimento da economia eu tenho certeza que com macroeconômicos, é o nosso maior desafio e um desafio muito próximo de ser realizado. E essa Comissão pretende tratar a questão do crescimento como um tema prioritário, tanto das suas discussões, como das suas deliberações.

Quero dizer que conheço o Demian há muitos anos, ele fez USP, como eu. E fez toda a sua formação acadêmica em macroeconomia. E é um

estudioso profundo, tem publicações na... Especialmente no pós keynesianismo e no keynesianismo, como uma linha de pensamento importante da teoria econômica. Teve uma destacada carreira no setor privado, sempre chefiando equipes de análise econômica e agora vem prestando relevantes serviços ao país na Administração pública. Ele era Vice-Presidente do Banco, assumiu a Presidência do Banco e agora vai apresentar um pouco as realizações desse período da sua Presidência e desse período da história econômica que nós estamos atravessando.

Agradeço a presença do Presidente do Banco, Demian Fiocca, e, com a palavra, que você possa fazer a explanação sobre o desempenho recente do BNDES.

**SR. DEMIAN FIOCCA:** Obrigado, Senador Aloizio Mercadante, senhores Senadores, Senadoras, é um prazer estar aqui, nesse momento de prestar contas e esclarecer aos Senadores sobre o desempenho de um órgão da importância do BNDES. Gostaria, inclusive, de parabenizar o Senador Aloizio Mercadante por essa iniciativa de trazer, a cada semana, executivos de alguma área de Governo, de tal modo a que o Senado esteja sempre com a melhor oportunidade de informações, de conhecimentos, esclarecimentos de dúvidas a respeito do andamento das políticas públicas.

Eu dividi essa apresentação em três itens que me parecem, em grande medida, de interesse de opinião pública, não é? E estou aberto, naturalmente, a dúvidas sobre qualquer outro aspecto do desempenho do Banco. Em primeiro lugar, as estatísticas. Em segundo lugar, uma questão que é parte da agenda pública, que é a questão do dinamismo, da aceleração. É um tema que se reforça com o empenho e a dedicação que o Governo está atribuindo ao PAC, da aceleração do investimento, portanto também de financiamentos.

Além disso, uma outra questão que entendo também que é de especial interesse, que é a possibilidade de viabilizar empreendimentos que exijam maior sofisticação financeira ou que têm maior risco, ou seja, a possibilidade de atuar de maneira mais enfática como órgão de fomento. Uma questão da pró-atividade do BNDES, enquanto órgão de política pública, não apenas enquanto, enquanto Banco, não é? Pode passar.

Então, primeiro, apenas para... Rapidamente, um primeiro item que vejo que é de interesse é a questão dos custos do BNDES, ou seja, como está evoluindo a taxa de juros cobrada nos empréstimos do Banco. Os empréstimos do Banco têm uma... Como vai, Senador, bom dia. Os empréstimos do Banco são compostos de três itens: A TJLP, que o Banco paga ao FAT; o *spread* básico, que é onde nós implementamos a política pública de crédito, que dá conta dos custos do Banco, do lucro e também das prioridades, e o *spread* de risco, que é um índice mais técnico, que deve dar conta da média de provisão para devedores duvidosos, da média de inadimplência, o Banco Central inclusive fiscaliza isso e, portanto, ali nós fazemos simplesmente um tratamento técnico.

Nós passamos a trabalhar, a partir do final de 2005, início de 2006, com uma escala de prioridades de 0 a 3% ao ano no *spread* básico. Antes nós

tínhamos apenas meio por cento de índice de prioridade e um acúmulo de vários programas específicos, de tal modo que as políticas do Banco, é... Por terem sido modificadas, sempre parcialmente, ao longo da história, já não permitiam visualizar uma coerência mais, mais perfeita. Então, nós, revisamos isso, reduzimos programas e fizemos essa nova escala. Pode passar.

Além de adotar a nova escala, nós fizemos várias reduções, seguindo o que entendemos ser uma prioridade de interesse público. As reduções vão além das que estão aqui, mas, para focar nessas daqui, nós temos, em logística, as reduções feitas em 2006 estão aí e, em 2007, nós fizemos uma nova rodada de reduções, só que aí apenas em infra-estrutura e infra-estrutura social, ou seja, logística, energia e desenvolvimento urbano.

Então, aqui nós temos a evolução dos financiamentos para ferrovias, que são fundamentais para o custo de frete, para a competitividade da produção nacional; caem de 2,5 para um, o spread básico, nesses dois anos. E também para a concessões rodoviárias reduzimos para dois o spread básico. Depois, para as áreas sociais, aí a queda foi ainda mais intensa; ela cai de três para 1,5, no caso de transporte urbano, e de três para um, no caso de saneamento. Pode passar. E, para a energia elétrica, também, nós tivemos basicamente uma redução na geração de 2,5 para um; criamos uma categoria especial, que é para os mega projetos, como os do Rio Madeira e Rio Xingu e aí de meio, e faz sentido porque são financiamentos muito grandes, portanto, o valor absoluto do spread, ele é maior. E reduzimos também, nas outras escalas, para a distribuição e geração, de três para dois, de 2,5 para um. E gás, um outro item que é prioridade hoje no país, a Petrobrás vem investindo, nós damos também o nosso apoio, seja para a Petrobrás, seja para outros investidores, reduzimos de 2,5 para 1,5. Na redução de spreads de 2006, nós fizemos também reduções para a indústria, que não constam nessa tabela porque, em 2007, nós fizemos focadas no PAC; foram anunciadas no PAC essas novas reduções, mas, para a indústria, houve também reduções, bens de capital, instalação de fábricas etc. Pode passar.

Bom, a estatística que muitas vezes é utilizada, como quase um resumo do desempenho do BNDES, é esta que está nesse gráfico. Ou seja, o desembolso, o nível de desembolso e o nível de aprovações. O BNDES teve um nível de desembolso da ordem de 40 bilhões, se olharmos ali, desembolso e aprovações, aproximadamente estáveis, oscilando em torno da faixa de 40 bilhões, entre 2002 e 2004. Em 2005, nós vemos uma aceleração de desembolsos, também de aprovações e, a partir de 2006, e... Nos últimos 12 meses, terminados em março, nós vemos, de fato, um desempenho excepcional das aprovações e também muito positivo dos desembolsos. Nós estamos, hoje, em março de 2007, 12 meses até março, comparados com os 12 meses anteriores, o BNDES registra um crescimento de 28% nos desembolsos e de 49% nas aprovações. Essa aceleração dos desembolsos e aprovações, ela é consistente com o movimento que nós observamos na economia, a partir, talvez de meados do ano passado, de aceleração do investimento. O investimento cresceu 9% em termos reais, no ano passado. É o último dado disponível, dado agregado do PIB. Se considerarmos uma

inflação de quatro, da ordem de quadro, estamos falando que o investimento, em termos nominais cresceu 13. Bom, as aprovações do BNDES cresceram o dobro do que esses 13.

Então, aqui nós temos duas indicações para os desembolsos, não é? Primeira, uma indicação que é consistente com a perspectiva de aceleração do investimento na economia. Obviamente, o BNDES como indicador. E a segunda, uma melhoria de desempenho do próprio BNDES porque dificilmente o investimento vai crescer 28%. Então, o BNDES crescendo à frente, ele estaria, digamos, reforçando o seu caráter de indutor ou de impulsionador do investimento.

No que se refere à aprovação, nós estamos vendo e há um slide, em seguida, que mostra isso. Não, desculpe, mantenha ainda aquele, por favor. Nós estamos vendo uma aceleração mais rápida e, em grande medida, isso se deve ao fato de que o BNDES está aprovando financiamentos para grandes projetos como há algum tempo o Brasil não via. Grandes projetos têm uma fase mais longa de maturação, de instalação do projeto, três anos, quatro anos, dois anos, às vezes, até cinco. Então, obviamente, a aprovação é dada no momento inicial, mas o desembolso de recursos, ele é feito à medida que o processo, que o projeto avança. Então, aquele aumento de aprovações é mais um sinal de que a tendência de desembolsos também continua a ser crescente. Ou seja, nós já contratamos hoje, por assim dizer, o crescimento de pelo menos alguns trimestres à frente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu acho, viu, Demian, esse gráfico é fundamental para a gente analisar a tendência de aceleração de crescimento. Você, em 12 meses, aumentar a aprovação de projetos em 49%, e 28% de desembolso, e a aprovação, ela precede o desembolso; ela está puxando o desembolso para cima. Quer dizer, a tendência é acelerar o desembolso e é uma aceleração espetacular da aprovação de projetos, e de projetos estruturantes. Quer dizer, projetos que têm grande impacto em alguns setores importantes para a determinação da taxa de crescimento e aumento da capacidade produtiva. Quer dizer, eu acho esse quadro um quadro síntese, não apenas da eficiência do BNDES, de acelerar a eficiência e desembolso que, seguramente, ajuda a explicar, mas, e do papel de fomento ao crescimento, mas de alavancagem do investimento futuro.

### SR. DEMIAN FIOCCA: Obrigado, Senador.

- SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Espero que o COPOM, você tenha mandado para o COPOM esse quadro, com alguns comentários, porque eles vão decidir a taxa básica de juros, entre hoje e amanhã e, seguramente, o aumento da capacidade produtiva é um fator relevante para que eles tenham uma produção mais, digamos, mais confortável na definição que, evidentemente, todos nós esperamos seja a maior, não é Crivella?
- **SR. DEMIAN FIOCCA:** Bom, outro aspecto que eu gostaria de trazer aos Senadores é o desempenho do Banco junto a micro, pequenas e médias

empresas. O BNDES é conhecido pela sua capacidade, pela sua excelência na viabilização de grandes projetos, mas, muitas vezes, há uma demanda sobre aumento também de operações para empresas menores. Esse desempenho, ele trata apenas de empresas mesmo; não inclui pessoas físicas. Pessoas físicas, o Banco empresta apenas para produtores rurais, o desempenho não é favorável, mas é mais por conta da demanda do setor agrícola e está havendo já uma recuperação. Mas, focando nas empresas, nós verificamos aqui um crescimento de 12% no volume, mas de 41% no número de operações. Então, o que é que isso significa? Significa que nós estamos conseguindo, mesmo nesse segmento de empresas médias ou menores do que médias, uma maior democratização, ou seja, um maior número de empresas ainda que obtendo um volume menor por empresa, um volume médio menor, que é um dos objetivos do Banco. Naturalmente isso ocorre, é feito por meio dos Bancos repassadores, que é a rede bancária do país. O BNDES não tem agências de varejo para alcançar essas empresas, mas há uma política de estímulo, digamos assim, a esses Bancos para que façam mais financiamentos a micro, pequenas e médias empresas. Pode passar.

Bom, eu estou destacando as pequenas empresas mas, obviamente, não poderia deixar de destacar o que podemos chamar de função clássica do BNDES, que é viabilizar grandes empreendimentos importantes para o país, não é? Nós podemos ver aqui, por empreendimentos, aproximadamente desse porte, ou seja, de um bilhão de financiamento, dois bilhões ou mais, de investimento total, uma aceleração também do número de grandes empreendimentos. Nós tivemos, em 2005, três deles; em 2006, oito e, até agora, já anunciamos três grandes empreendimentos, em 2007. Posso destacar alguns dos casos, por exemplo, no caso da Klabin e da Suzano, são empreendimentos que cada uma das empresas não fazia, nesse porte, há mais de uma década, ou seja, é uma retomada de empreendimentos que, em alguns setores só ocorreram, na última vez, na época, na década de 70, não é? Pode passar.

Bom, o que é que nós estamos fazendo? Isso é um pouco gerencial, não vou me alongar muito, mas, apenas para conhecimento dos Senadores, o que é que nós estamos fazendo, do ponto de vista de agilização, dinamização do Banco? Eu montei em junho, assumi a Presidência em março, montei, em junho, um comitê gerencial estratégico, reunindo todos os Superintendentes do Banco, com uma única pauta, a pauta da velocidade, da simplificação da agilização de processos. Esse comitê propôs à Diretoria; a Diretoria já aprovou três medidas nesse sentido: Flexibilização de garantias para empréstimos de menor risco; a racionalização de processos, ou seja, o Banco tem um processo que o pedido de empréstimo segue, desde a sua entrada, até a aprovação, e nós evitamos algumas sobreposições de funções e de trabalhos que foram se acumulando ao longo do tempo e também uma revisão de documentação, claro, existem projetos mais complexos que precisam de alguns documentos a mais, mas, para aqueles que não precisam, nós conseguimos reduzir em 1/3 o número de documentos, de um nível padrão, de 13 documentos, passamos para oito documentos. Pode passar.

Além dessas medidas, existem outras, também em curso, que estão também em discussão nesse comitê, já houve até uma apresentação prévia à Diretoria e existe um esforço gerencial de criação da cultura da importância da agilidade. E aqui eu apresento a evolução do prazo entre a entrada de uma consulta no Banco e a aprovação da operação. Esse prazo ficou entre sete e nove meses, entre 97 e 2000, são os últimos 10 anos. Depois, ficou oscilando, como se vê entre 10 e 12, podemos dizer, entre 2001 e 2004, e vêm caindo consideravelmente. Hoje, nós estamos no menor prazo dos últimos 10 anos. Nós estamos com seis meses e 25 dias para as operações complexas. Para operação mais simples, operações indiretas, compra de máquinas pela FINAME etc, aí são dias. O cartão BNDES, por exemplo, é on-line. FINAME, temos conseguido em quatro, cinco dias, três a cinco dias, aprovar, quando um Banco solicita a compra de máquinas. Pré-embarque, quando uma empresa pede um recurso para produzir um item que será exportado, também sai em 15 dias, 20 dias. Ou seja, essas são as complexas. As operações mais simples o Banco processa de maneira bastante mais rápida. Pode passar. Pode passar.

Bom, e eu achei que poderia ser de interesse dos Senadores ver qual é o nosso esforço no sentido de viabilizar projetos mais complexos, ou seja, não só fazer mais, mas também enfrentar desafios mais difíceis, vamos dizer assim. Então, eu trouxe aqui quatro casos. O primeiro é da TRANSPETRO. É sabido que esse é um setor que teve um histórico bastante atribulado no país. Como herança desse histórico, nós tínhamos uma estrutura empresarial fragilizada. Isso, obviamente, é um desafio quando se trata de financiar grandes volumes. Nós estamos falando de alguns bilhões de reais de financiamento. Fragilidade do setor, dificuldade de garantias alternativas etc. Bom, não vou me alongar. O fato é que nós trabalhamos com a TRANSPETRO, com o setor, conseguimos construir uma estrutura de financiamento não padronizada e que começamos financiando estaleiro, há centralizada. O estaleiro fiscaliza o andamento da obra. A gente autoriza o pagamento apenas conforme há o andamento do navio. Uma pequena cobertura de seguro. A partir de certo momento, quando o navio é... Pode, pode... Ir ao mar, digamos, ainda que não esteja pronto. Aí a TRANSPETRO assume o risco de crédito, cancelamos um financiamento, fazemos outro. Eu não vou cansar os Senadores com os detalhes, podemos depois entrar. Mas, enfim, é uma operação complexa, o resumo é o seguinte: Nós conseguimos viabilizar mega financiamentos, financiamentos de mais de bilhão de reais para um setor fragilizado, o que não é uma coisa simples. E conseguimos fazer isso com segurança bancária, com boa técnica, pelo lado de construir a operação.

Outra coisa a destacar nesse setor é o fato de que conseguimos viabilizar o investimento para um projeto que se inicia, um *start up*, como dizem os americanos, que normalmente não é tradição do Banco e nem de outros Bancos. Normalmente o banco quer ver uma empresa, a sua evolução ao longo dos últimos anos e aí financiar. Financiar uma empresa que começa, no momento do financiamento, é um desafio maior e conseguimos viabilizar isso no estaleiro instalado no Nordeste, o que, além da retomada de um setor

que há muitos anos não investia no Brasil, tem também uma natureza de desconcentração da atividade econômica e vemos como positiva. Pode passar.

Bom, outra operação também mais sofisticada que nós fizemos foi para a CPTM, do Estado de São Paulo, lá no Estado de São Paulo. Nós fizemos a primeira operação de fundo de recebíveis não padronizados. É a primeira do país. O BNDES entrou com metade da operação e o mercado, vários investidores, compraram a outra metade. Obviamente, a posição do BNDES em bancar metade da operação foi elemento fundamental para a sua viabilização. A vantagem disso é que, por ser uma operação de mercado e auto-sustentável, ela não está sujeita ao contingenciamento de crédito ao setor público. Então, aqui o esforço de sofisticação do BNDES agregou investimento na área social em relação aquilo que é possível por meio da capacidade de endividamento e autorização de empréstimos a empresas públicas. Pode passar.

O mesmo nós conseguimos com a COPASA, em Minas. Uma operação belíssima, uma operação grande, de quase 600 milhões, em que nós conseguimos estruturar utilizando debêntures, com um certo componente de renda variável. Esse instrumento, mais uma vez, não está sujeito ao limite de endividamento do setor público e, além disso, como é auto-sustentável, também não tem prejuízo para o resultado fiscal. A operação alcança uma região extensíssima e ataca, na área de saneamento, todos os itens praticamente, nível de acesso etc, mas eu gostaria de destacar um deles, que é o índice de tratamento de esgotos. O Brasil, sabidamente, tem ainda um nível de coleta baixo e tem um nível de tratamento ainda mais baixo, o que é um problema para a poluição de mananciais, de águas profundas, de baias etc. E esse projeto vai viabilizar um aumento do índice de tratamento de esgoto da ordem de 30%, hoje, para 70%, quando o projeto estiver completo. Pode passar.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** E fazendo em São Paulo e Minas unifica o PSDB, viu Flexa Ribeiro, preocupação do BNDES, para não criar tensão no partido.

[risos].

SR. DEMIAN FIOCCA: Naturalmente, obviamente, o BNDES trata todos os Estados e partidos equanimente, como está mostrando aqui. Bem, outra operação que teve também grande interesse, e até uma certa polêmica, à época que fizemos, e por isso eu gostaria de trazer aos Senadores uma atualização do seu Estado atual, é a operação da Brasil Ferrovias. A Brasil Ferrovias, como se sabe, incluía a antiga FEPASA mais a Ferro Norte, tem a principal malha de São Paulo, que chega no porto de maior movimento do país, que é o Porto de Santos, estava há muitos anos sem investir, inadimplente com o BNDES, inadimplente em um volume grande, ou seja, nós tínhamos já lançado o prejuízo um bilhão e duzentos milhões; inadimplente com o Governo, do ponto de vista fiscal, e também com a Agência de Transportes, porque não oferecia o transporte de carga suficiente. Nós entendemos que ali existia um negócio viável, só que tinha havido dificuldades

de gestão e financeiras. E resolvemos reestrutura a dívida e colocar dinheiro novo. Nós colocamos capital novo. Os acionistas privados também colocaram capital novo, em negociação conosco. Houve quem dissesse que ali estava havendo uma socialização de prejuízos. Nós tínhamos convicção de que estávamos fazendo a coisa certa e o resultado hoje é... Excelente. Aqui eu não preciso poupar expressões porque é o seguinte: O BNDES recuperou toda a dívida lançada a prejuízo. Porque a empresa investiu e pôde ser vendida para a LL. E a LL, como uma empresa de bom risco, listada em Bolsa, excelente governança, tem um risco bom e, portanto, assumiu a dívida. O Tesouro Nacional recuperou os débitos que não estavam sendo pagos, da ordem de 400 milhões. E, principalmente, a empresa voltou a investir. A empresa investiu, durante o período em que nós estávamos lá, foram nove meses, depois da entrada de capital novo, investiu cerca de meio bilhão. Última linha ali... E, principalmente, adquiriu capacidade para um novo plano de investimentos de mais três bilhões, que é a última linha. Nós financiamos, inclusive, um bilhão e cem. Ou seja, uma empresa que, um ano antes, estava inadimplente conosco, com o Tesouro, não conseguia investir etc, pôde, um ano depois, estar adimplente e, inclusive, empreender um novo plano de investimentos.

E a parte que nós entramos em capital, que era a parte que se podia mais questionar, como você põe capital numa empresa com uma situação tão ruim, não é? Nós fizemos a venda por troca de ações com a LL, temos ali na última linha do segundo capítulo; se nós vendêssemos hoje as ações, as ações com liquidez em bolsa, o BNDES teria um ganho de 81% nessa participação, o que representa hoje um ganho de 670 milhões de reais. Então, essa é uma operação polêmica, em que nós agimos de maneira mais ousada, mas o desempenho posterior mostrou que nós estávamos certos. Pode passar.

Bom, o Banco tem atuado de maneira é mais pró-ativa na área de inovação. Temos as linhas que já tinham sido anunciadas como parte da política industrial, PROFARMA, PROSOFT, são as linhas de financiamento a juro fixo, e estamos atuando também com recursos não reembolsáveis, agora no FUNTEC. Aquele último item. Nós anunciamos, quando do programa para a TV digital já um aporte não reembolsável de guase 15 milhões, 14,6, para o desenvolvimento de tecnologia nacional para circuitos de conversão das diferentes tecnologias de TV digital, a ser desenvolvido no CEITEC, e também aprovamos 1,4 bilhão para desenvolvimento da tecnologia nova de produção de etanol, que é um grande desafio para o Brasil hoje, uma vez que o etanol ganhou importância mundial, mas a rota, se vai ser de cana, se vai ser de milho, se vai ser de outra coisa, é uma coisa que está em disputa. Hoje, o Brasil certamente está na melhor posição; a cana é muito mais produtiva. Mas a tecnologia, ao longo dos anos, tem capacidade de alterar essas coisas. Então, é fundamental que o Brasil invista também em tecnologia para construir, em torno da cana, que é a nossa... O nosso ativo mais competitivo, a rota tecnológica do desenvolvimento futuro do que eu espero que seja, acredito que será, um mercado mundial de etanol. A operação da Genoa Biotecnologia, inclusive, nós estamos anunciando hoje, a nossa sala de imprensa vai soltar o release com os detalhes. Pode passar.

- SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Demian, fazer só um comentário aqui, essa área de biotecnologia, principalmente a área de fármacos, é o segundo maior déficit comercial do Brasil, dois bilhões de dólares. Se você pegar equipamentos hospitalares, há um déficit de sete bilhões de dólares, total. Então, a substituição de importações nessa área de fármacos, que o genérico deu um grande impulso, é outro grande desafio de política industrial e de inovação tecnológica do país. Eu acho que está muito bem focada essa orientação do BNDES.
- **SR. DEMIAN FIOCCA:** Obrigado, Senador. Bom, desembolsos para esse setor da biocombustíveis, nós tivemos um crescimento forte em 2006. A nossa perspectiva é que esse crescimento vai continuar, ainda não tenho um número para cravar 2007, mas vai continuar crescendo, o setor está crescendo. O BNDES é um forte parceiro desse crescimento. E biodiesel, que é uma iniciativa lançada em 2005, nós tivemos, já em 2006, três projetos aprovados, então começamos ali o financiamento para biodiesel, acredito que também vá crescer nos próximos anos. Pode passar.
- Ok. Rapidamente, alguns dos programas de Governo, vou mostrar o desempenho. Pode passar. Pode passar.

**ORADOR NÃO IDENTIFICADO:** [pronunciamento fora do microfone].

**SR. DEMIAN FIOCCA:** Bom, é que, depois, cada slide vai detalhar um deles, o senhor... Está bem? Então, o PROCAMINHONEIRO era o primeiro daquele slide, nós criamos esse programa como uma alternativa ao financiamento tradicional de caminhões que vinham encontrando dificuldades. Parte era uma redução da demanda agrícola, devido à situação da agricultura, nos últimos dois anos, mas achamos que também, do ponto de vista de instrumento financeiro, podíamos fazer aperfeiçoamentos. Então, aqui, o PROCAMINHONEIRO, por exemplo, permite financiar *leasing*, que dá maior segurança para o banco que financia e outros detalhes. Enfim, com o PROCAMINHONEIRO, nós conseguimos inverter, na soma, a tendência de redução de financiamentos a caminhões, que vinha ocorrendo no programa anterior, hoje, na soma dos dois programas, estamos, finalmente, no nível mais alto desde 2003. Pode passar.

O programa 'Computador para todos' é um programa de inclusão digital, foi construído junto com as redes de varejo, com toda a cadeia de comercialização de computadores. Teve um grande mérito de contribuir para a formalização desse setor, em que o chamado mercado cinza é um problema, uma vez que os computadores vendidos nesses magazines, nessas lojas, são computadores formais. E hoje, apesar do programa ter pouco mais de um ano, nós temos mais 146 mil residências com computador. Pode passar.

Outro programa de grande empenho do governo é o microcrédito. O BNDES, obviamente, ele não põe fazer um microcrédito na ponta, ele não tem estrutura de varejo, mas nós estamos fazendo empréstimos de "X" milhões, 10 milhões, cinco milhões, dependendo da capacidade, para diferentes agentes de microcrédito. Podem ser OSCIP s, podem ser cooperativas, e estamos com uma orientação, digamos assim, mais detalhada, em que seja o

agente de microcrédito que vá para o microcrédito produtivo, não para o consumo, que ocorreu em alguns casos no passado. E, efetivamente, ainda que houve uma parada ali em 2003, em 2005 estamos com um patamar que é o dobro, algumas vezes os patamares anteriores. Pode passar.

Esse, acho que é o último ou o penúltimo slide. Um outro instrumento de democratização do crédito que nós incentivamos, inclusive com campanhas publicitárias, algo que o BNDES não fazia antes, é o cartão BNDES. Ele é a modalidade mais simples de acesso a crédito do Banco, por meio também de Bancos repassadores e inscritos e cujo desempenho também é muito positivo. Nós, mais do que dobramos o número de cartões, de 2005 para 2006, de 46 mil para 103 mil; triplicamos o volume financiado, de 71 milhões para 225 e, nos 12 meses, até março, já temos de novo um crescimento significativo, mais 60 mil cartões emitidos e... De 225 cresce para 280 milhões de financiamentos. Isso foi inclusive um desafio porque a decisão de fazer campanhas publicitárias é uma decisão inédita no BNDES. Mas a nossa conclusão foi de que nós tínhamos que avisar os interessados, os empresários, que eles podiam, por meio da Internet, solicitar esse tipo de crédito, que muitas vezes os próprios Bancos não, não divulgavam. Pode passar.

E por fim, o BNDES tem atuado de maneira mais presente no mercado de capitais, esse é o último slide, seja com operações importantes entrando em ofertas iniciais de ações, ajudando ao desenvolvimento do mercado, seja trabalhando no sentido de também contribuir para a democratização no mercado de capitais, fazendo ofertas destinadas, em grande medida, ao varejo. E tivemos o PIB, que é um índice de ações, que teve grande valorização, mas, além disso, teve um grande número de adesões. O PIB, o segundo PIB foi a oferta com maior número de CPFs ou CGCs do mercado de capitais, 121 mil. A segunda oferta, com o maior número, foi do Banco do Brasil, também feita, estruturada com o BNDES e o próprio Banco do Brasil, 48 mil pessoas, CPFs, e o primeiro PIB, 25 mil.

A quarta operação, aí foi puramente de mercado, é 16. Então, se olharmos o PIB II, nós estamos falando que essa iniciativa do BNDES teve um alcance de, aproximadamente, oito vezes a iniciativa mais alta sem participação do BNDES. São essas as informações que eu selecionei para apresentar aos senhores, estou naturalmente à disposição para qualquer esclarecimento. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos começar, então, o período de argüições. Agradeço ao Presidente do BNDES, Demian Fiocca, pela competente exposição. Nós temos três inscritos. Está se inscrevendo. Marcelo, Flexa Ribeiro. Então, nós vamos encerrar as inscrições, na fala do Senador Suplicy. Então, estão inscritos: Senador Suplicy, Jayme Campos, Edison Lobão, Marcelo Crivella, Flexa Ribeiro e Romeu Tuma. Senador Suplicy, com a palavra.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Senhor Presidente, Senador Aloizio Mercadante, prezado Sr. Demian Fiocca, Presidente do BNDES. Acho que esta é uma oportunidade para nós fazermos perguntas do ponto de vista

de esclarecer a todos o trabalho do BNDES e, desde pronto, o cumprimento pela evolução tão positiva dos dados que aqui apresenta. Mas gostaria de lhe perguntar, no que diz respeito a alguns pontos específicos: Quando, por exemplo, V.Exa., V.Sa. menciona a evolução dos desembolsos e aprovações é... Havendo desembolsos que, para este ano, estão previstos em... 56,8 bilhões e aprovações de 82,2--

### SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Isso é realizado.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Realizados, não é? Então, se puder nos informar, do ponto de vista das fontes de recursos do BNDES, como é que tem esta, como é que a evolução das fontes de recursos, quais são as mesmas, e em que medida haveria possibilidade de, eventualmente, haver um crescimento ainda mais... Ainda maior, o que, obviamente, dependerá das fontes de recursos. Quer dizer, de um lado, existe a questão da capacidade gerencial, da capacidade de analisar, da demanda de recursos por parte das empresas, mas, em que medida as fontes de recursos do BNDES vão acompanhando a demanda existente? Gostaria de lhe fazer uma pergunta, do ponto de vista, digamos, de empresários que gostariam de conhecer melhor as alternativas de financiamentos do BNDES. Do ponto de vista de qualquer empresa pequena, média, grande, qual é a diferença que existe, digamos, para uma empresa obter recursos emprEstados das instituições financeiras privadas e junto ao BNDES. E especialmente para o objetivo de ampliação da capacidade produtiva para períodos médios e longos que, me parece, constitui um dos objetivos da existência do BNDES. Se pode nos dar exemplos práticos, mesmo que hipotéticos, digamos, se uma empresa vai ao BNDES para obter um empréstimo da ordem de 100 milhões de reais por tanto tempo, se ele vai, digamos, a uma instituição como o Bradesco, o Itaú, Santander e quaisquer das instituições financeiras privadas, que condições ele normalmente obterá? E, se for ao BNDES, como é que é no BNDES? E como é que esta atuação do BNDES acaba influenciando o grau de competitividade do setor financeiro. E, em especial, uma questão importante que é a taxa de juros vigente no mercado, ou seja, em que medida a taxa cobrada pelo BNDES pode significar um sinal, um farol importante para o mercado e para as demais instituições financeiras privadas, porque me parece que o BNDES tem também uma função, um papel na definição do grau cobrado de taxa de juros no mercado. Então, se pode nos esclarecer este ponto.

No que diz respeito ao programa de empréstimos para micro financiamentos. Eu acho que foi no ano 2000, eu assisti, era a convite até quem presidiu, na sede do BNDES no Rio de Janeiro, a vinda do professor Muhammad Yunus foi a senhora Ruth Cardoso, senhora do Presidente Fernando Henrique Cardoso. E foi uma visita de grande repercussão, onde ele expôs a experiência do Grameen Bank e, no Brasil, nós estávamos tendo um desenvolvimento já bastante importante das experiências de microcrédito, mas me parece que, dali para frente, se desenvolveu mais o interesse por, pela expansão de microcrédito. E, na sua exposição, há isso, mas eu gostaria que pudesse nos dar alguns exemplos de quais são algumas das instituições

que estão realizando um bom trabalho de expansão das oportunidades de microcrédito. E, se puder nos dar alguns exemplos práticos de aonde é que isso está se expandindo melhor? Como é que isto pode se expandir até de uma maneira, a mais adequada. Se há experiências pioneiras como, digamos a do banco do Nordeste do Brasil ou... Que tem já uma história longa de microcrédito. A experiência, digamos, como a da Prefeitura Municipal. Como a... A de Porto Alegre, do PORTOSOL. Há experiências da Prefeitura Municipal de São Paulo que, ao tempo da Prefeita Marta Suplicy, desenvolveu também uma série de linhas de micro crédito por instituições ligadas à Prefeitura. Há exemplos, por parte do Governo do Estado de São Paulo, nos Governos Mário Covas, Geraldo Alckmin e até hoje se desenvolvem experiências, mas são muito variadas as experiências. E V.Sa. mencionou as experiências de OSCIPs. Pois bem, que experiências têm dado bons resultados? E se Prefeitos, por exemplo, de diversas cidades do interior do Brasil desejarem criar linhas de microcrédito, como é que eles podem obter, junto ao BNDES, as informações para que estas experiências possam ser ainda melhor decididas? Mencionou a sua exposição as operações complexas. Se pode nos informar exatamente o que é uma operação complexa, só para melhor conhecimento.

No que diz respeito às Ferrovias. Ainda quando era candidato ao Governo do Estado de São Paulo, o Senador Aloizio Mercadante, por exemplo, mencionou que teria muita... Que tinha como uma de suas metas iniciar a construção do trem de alta velocidade São Paulo-Rio de Janeiro. Isso tem sido objeto--

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** São Paulo-Campinas. Existe Projeto do setor privado para São Paulo-Rio de Janeiro.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** E existem... Então, São Paulo-Campinas, e existem Projetos, já de há tempos, vêm sendo ventilados para trens de alta velocidade São Paulo-Rio, dentre outros. Nós temos visto, nos diversos países do mundo, experiências muito recentes nessa área. Eu, por exemplo, vi, em janeiro último, em Xangai, um trem fazendo, em sete minutos, 35 quilômetros em direção ao Aeroporto de Xangai. Com uma--

**SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT):** 430 quilômetros horários.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** 430 quilômetros horários, com uma tecnologia alemã. Senadora Serys andou no trem?

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT): Magnético, entrei.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Ela andou, o trilho do trem nem encosta no chão. Em altíssima velocidade e eu estava na estrada, quando vi o trem passar, fiquei muito impressionado. E, há duas semanas, nós vimos, vimos todos, pela televisão, por exemplo, o trem francês a 570 quilômetros. Imagino que, possivelmente, empresas privadas e Governos estaduais e Governo Federal estejam considerando esta possibilidade. Se... E imagino que, para que isso se torne viável, muito provavelmente o BNDES estará envolvido em operação desse tipo. Se pode nos dar alguma informação nesta área.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador, concluindo, que nós temos uma pauta pesada hoje.

**SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP):** Então, duas... Como na sua exposição não houve referência a possível financiamento ao setor aéreo, ainda que o BNDES tenha Estado sempre com muito foco de atenção, até para a resolução da crise das empresas de aviação civil, seja no que diz respeito ao que tem ocorrido com a Varig, a TAM, a Gol e, assim por diante, pediria que nos esclarecesse as operações do BNDES com as empresas de aviação aérea e, se houver, com a Infraero também.

E, finalmente, um último ponto. Realiza-se hoje, em São Paulo, um seminário sobre a moda. Até, o Ministro Gilberto Gil estará abrindo este seminário com uma palestra, onde a organizadora, a senhora Glória Kalil, expõe, coloca a seguinte questão: A França é muito conhecida pelos seus desenhos e tudo. A China, a Índia, por sua força no preço. Os Estados Unidos, por algumas qualificações e, assim por diante. Em que medida o Brasil, o que é que vai ter o Brasil como sua marca nesta área? Pergunto pela seguinte razão: Há mais de um milhão e seiscentas mil pessoas trabalhando nesta área; constitui-se uma das indústrias de maior longevidade no Brasil, a indústria têxtil, a indústria de moda. A pergunta que ela coloca, por exemplo, é... E ali, por isso estará lá presente o Ministro Gilberto Gil, é que o Brasil hoje, por exemplo, tem uma marca internacional muito forte no campo da música. Poderá ter também no campo da moda? Como esse simpósio está chamando atenção das autoridades, nos mais diversos setores, e imagino, inclusive, do BNDES, se, porventura, há alguma reflexão administrativa, do ponto de vista do BNDES, para apoiar o desenvolvimento desse setor importante da economia brasileira? Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu agradeço, Senador Suplicy. Eu só queria solicitar, nós temos ainda cinco Senadores inscritos, bastante brevidade na argüição. Nós temos uma sabatina para encaminhar, do novo Diretor da CVM, e ainda, a Ordem do Dia para dar desdobramento. Então, pediria bastante objetividade, se for possível, também ao Presidente Demian Fiocca. Eu acho talvez uma alternativa seja todos fazerem a pergunta, ele faz uma resposta final, para a gente acelerar o procedimento. Então, Senador Jayme Campos com a palavra.

**SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT):** Senhor Presidente, Aloizio Mercadante, Senhor Presidente do BNDES, eu imagino que o Presidente do BNDES já está com a cabeça, se fosse melhor possível, só com as perguntas do Senador Suplicy, estava de bom tamanho a manhã toda para ele responder. Entretanto, vou ser bem mais pragmático e bem objetivo, até porque o Presidente está recomendando a todos nós que sejamos rápidos e rasteiros, se possível.

Senhor Presidente, o BNDES liberou uma linha de financiamento chamada PROVIAS, que é para os municípios brasileiros adquirirem equipamentos mecânicos, naturalmente para a manutenção e conservação das suas rodovias. Todavia, na verdade, esse financiamento, para o senhor ter

conhecimento, em Mato Grosso foram selecionados 20 municípios. Lamentavelmente, nenhum deles tive acesso a essa linha de financiamento, pelas dificuldades, pelas exigências, não só do próprio BNDES, mas, sobretudo, pela STN, que é a Secretaria do Tesouro Nacional.

Por outro lado, fundamentalmente, eu acho importante também que os juros sejam mais compatíveis com o mercado, na medida em que os juros, hoje, que o Banco está praticando em relação a esta operação, ela é bem maior, em relação aos equipamentos que os próprios produtores rurais têm adquirido via também financiamento BNDES. Por outro lado, o senhor disse aqui de que o BNDES está financiando também os esgotamentos sanitários, porque tem muitas cidades brasileiras saindo do patamar de 30% hoje, que existe em relação ao acesso ao esgotamento sanitário das cidades brasileiras, chegando ao patamar de 70%. Na verdade, existe esse financiamento, mas eu, particularmente, acho que nós temos que adotar um novo critério, até para que outras cidades, eu imagino que essas cidades, são poucas cidades brasileiras, que foram contempladas com essa linha de financiamento. Eu acho que o Banco tem que ter um novo critério para facilitar também que as cidades de médio porte e pequeno porte também tenham acesso à linha de financiamento.

Feito isso, Senhor Presidente, eu gueria pedir a V.Exa. agui, em nome dos Prefeitos brasileiros, sobretudo do meu Estado, que são carentes de rodovias, são carentes de recursos suficientes para adquirir seja uma Patrol, um trator, uma pá carregadeira, até porque, lamentavelmente, eu imagino que 90% das Prefeituras brasileiras estão literalmente quebradas, fruto de uma política tributária que tem sido perversa com os Municípios brasileiros. Esse PROVIAS, ele se encerra agora, até dia 30 de junho. Pedir para que o senhor estendesse, se possível, até o dia, fim do ano, ou seja, até dezembro, para que muitos Municípios tenham acesso. Para exemplificar, muitos Municípios que se habilitaram por falta, muitos se habilitaram, a essa linha de financiamento, por falta de conhecimento dos seus contadores ou seus Secretários de Fazenda, eles foram penalizados porque a documentação prevista veio errada, alguns preenchidos errados. Então, o senhor tem que dar, acho que fazer uma concessão ao BNDES, não só protelando o prazo mas, acima de tudo, se possível, no caso meu de Mato Grosso, pedir a V.Sa. se possível, encaminhar um técnico, na Associação Mato-Grossense dos Municípios, para orientar os nossos contadores, os nossos Secretários da Fazenda, de como preencher esses formulário. Feito isso, com certeza, nós estaremos atendendo uma demanda muito grande e, principalmente, de Municípios, que se não tivermos uma linha de financiamento, nunca terão condições, capacidade de comprar uma Patrol para patrolar as estradas, um caminhão. Eu sei porque fui Prefeito em três mandatos, fui Governador e sei as dificuldades que vivenciam os Municípios brasileiros. De forma que é um apelo que eu faço aqui a V.Exa. que se possível, o senhor oriente alguém ou me permita ver alguém, eu posso fazer contato com ele, para levarmos, tanto eu, como a Senadora Serys Slhessarenko, companheira nossa, o Senador Jonas Pinheiro, e levarmos seu técnico a Mato Grosso para orientar os

Prefeitos e que haja essa protelação, ou seja, esse prazo se estenda e se estenda para que os Prefeitos tenham acesso, na busca desse financiamento.

Por outro lado, Senhor Presidente, fazer uma pergunta agora do setor privado. Quando o cidadão, o empresário vai ao BNDES para tirar um financiamento, a ele é exigida, com certeza, uma garantia real. Entretanto, após a conclusão deste objetivo, ou seja, deste empreendimento, o BNDES não tem como prática liberar este imóvel que estava dado em garantia real ao financiamento. Eu acho que isso tem penalizado também o setor produtivo, o empresariado, na medida em que, se o financiamento que eu retirei no Banco, ou seja, consegui no Banco, foi concluído em toda a sua plenitude, aquilo que estava previsto, por que o Banco quer continuar com duas fontes, ou seja, duas propriedades em garantia do mesmo financiamento? Eu acho que isso é uma injustiça que o Banco tem feito, tem penalizado sobremaneira os empresários, de maneira geral que têm, no longo dos seus tempos agora, os últimos tempos, buscado financiamento. Eu acho uma injustiça. Eu acho que tem que ser reparada até porque, se eu... o senhor está entendendo a minha pergunta? Se eu tirei o financiamento, dei uma garantia, o projeto está pronto e o Banco não libera.

Segundo, quando o cidadão tem a possibilidade, o empresário, busca um financiamento no BNDES, vamos imaginar por 10 anos. Feito isso, quando chegou com cinco anos, com cinco anos, ou seis anos, eu vou lá, pago este financiamento, pago esse financiamento e eu imagino que tinha que ter um rebate, que é um termo bastante usado quando você tira um financiamento do Banco do Brasil, um rebate em relação aos juros, que eu digo o seguinte, TJLP, praticado pelo Banco, mais juros. E o Banco, lamentavelmente, não aceita, Presidente. Não aceita. Eu acho que teríamos que o quê? Ter um critério diferenciado, se eu sou um bom pagador, quero pagar com antecedência, mesmo antes de vencer o prazo, que seria de financiamento de 10 anos, eu vou pagar no Banco e o Banco não aceita. Você tem que pagar os 100% daguilo que estava embutido dentro do contrato de financiamento do Banco. Eu acho que é um absurdo isso aí! É uma injustiça! Eu acho que o Banco, como um Banco de fomento, um indutor do desenvolvimento, eu acho que o Banco tem que ter uma nova prática na consecução, na consecução, naturalmente, desse financiamento.

De forma, Senhor Presidente, eu quero cumprimentar pela exposição. Mas, acima de tudo, V.Sa., V.Exa. não esqueça de ver com carinho a questão dos financiamentos do PROVIA aos Municípios mato-grossenses, sobretudo brasileiros, de maneira geral. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Edison Lobão. Agradeço o Senador Jayme Campos pela intervenção.

**SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA):** Senhor Presidente, senhores Senadores, o Banco a respeito do qual estamos hoje debatendo aqui, de suas políticas, chama-se Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Mas, ao longo dos anos, ele não tem sido nacional. Na prática, ele é um Banco do Sul, do Centro-Sul. O Nordeste tem recebido recursos minguados do Banco.

A pergunta que faço ao Presidente do Banco é quanto foi investido no total de investimentos do Banco, em 2005, 2006 e o que se prevê para 2007, em porcentagem, ao Nordeste? Norte e Nordeste.

- **SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Dada a importância do Senador Edison Lobão sugiro que V.Exa. responda agora. Porque a continuidade da argüição dependerá dessa resposta.
- SR. DEMIAN FIOCCA: É... De 2005 para 2006, o crescimento de desembolso por região foi o seguinte: A região Sudeste teve um crescimento de 9%; a região Sul, um crescimento de 2%; a região Norte, um crescimento de 1%; a região Centro-Oeste, de 12% e o Nordeste teve um crescimento de 27%. Ou seja, no ano passado, foi o maior crescimento. Nos últimos 12 meses, nós tivemos: Norte, praticamente continua a estabilidade, menos um; Nordeste, um crescimento de 21; Sudeste, de 35; Sul, de 18 e Centro-Oeste também houve uma pequena queda. Agora, isso, taxa de crescimento, ou seja, a evolução, no ano passado, foi favorável a Nordeste, em primeiro lugar, com o maior crescimento em relação ao ano anterior. E, nos últimos 12 meses teve, foi a segunda região que mais cresceu. Agora, como volume de empréstimos totais, se bem me recordo, agora vou lhe dar de memória, nós tivemos, em 2004, o Nordeste absorvendo 7% dos desembolsos totais do Banco. Em 2005, isso cresceu para oito e acho que 2006 para nove. Então, tem havido um crescimento.

Agora, uma coisa que é importante destacar é o seguinte, o Banco tem incentivos para a realização de investimentos no Nordeste. Nós temos uma política de desenvolvimento regional que reduz em 1% a taxa de juros para todo o Nordeste e para microrregiões pobres no restante do país. Além disso, nós temos um escritório... No Nordeste, o BNDES tem apenas três escritórios; tem um em São Paulo, um em Brasília e um em Recife, que procuram fomentar operações. O que é que eu identifiquei e fui ao Nordeste duas vezes, visitei já sete Estados do Nordeste, nesse período em que estive no Banco, fazendo reuniões com Federações de indústria, Governo, enfim, procurando o máximo de contato direto possível, o que nós verificamos é que, nas regiões de menor desenvolvimento econômico, o porte das empresas também é menor e isso faz com que a maior parte das empresas que procuram o BNDES, no Nordeste, procuram por meio dos Bancos repassadores, de Bradesco, Itaú, Banco do Brasil, todos os Bancos repassadores do BNDES.

Então, na verdade, o desafio que a empresa enfrenta está na avaliação do crédito desses Bancos, não da política do BNDES. Nós temos feito um trabalho, no sentido de... Vamos dizer, gerencialmente pressionar os Bancos para que não sejam muito conservadores, que emprestem etc. Não há nenhuma escassez de recursos. Tudo o que vier de demanda, nós podemos atender, mas sabemos essa dificuldade. O que eu tive de retorno bastante positivo nas visitas à... Que fiz aos Estados do Nordeste, foi uma iniciativa que, de fato, cresceu nos últimos três anos, que é o cartão BNDES, isso tem crescido muito. Por quê? Porque ele pede diretamente no Portal do BNDES, ainda que algum Banco tenha que dar o crédito. Para esse instrumento, nós elevamos o valor, por Banco, de 50 mil, que era inicialmente, passou a 100

mil, no início do ano passado, e hoje está em 250 mil, por Banco. E a evolução é aquela que eu lhe mostrei, Então, nós temos procurado alcançar essas empresas por meio ou de produtos novos, cartão, ou de um certo fomento aos Bancos repassadores. Agora, efetivamente é um desafio de demanda, ou seja, o BNDES hoje, ele não tem nenhuma escassez de recursos. Não é como, por exemplo, o orçamento, em que eu ponho mais aqui ou mais ali e se puser mais aqui falta lá. O BNDES hoje não trabalha com escassez, não há nenhuma limitação a demandas que venham de financiamento de nenhuma região do país.

**SENADOR EDISON LOBÃO (PFL-MA):** Dr. Demian, eu chego à seguinte conclusão: Embora o crescimento tenha sido significativo, 20 e poucos por cento, nós temos, na prática, 1/3 da população, 1/3 do território nacional recebendo apenas 9% dos investimentos do Banco, ou seja, muito pouco. Muito pouco. E creio que esse investimento se concentra na produção de cana e, provavelmente, o biodiesel agora.

**SR. DEMIAN FIOCCA:** Venda de máquinas pela FINAME é um dos itens que sai também no Nordeste, que também é mais simples justamente; os Bancos têm mais conforto de emprestar.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a objetividade e a sempre lucidez do Senador Edison Lobão. Senador Marcelo Crivella, com a palavra.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Senhor Presidente, senhoras Senadoras, senhores Senadores, Senhor Presidente do BNDES, vou ser bem rápido. O Presidente Carlos Lessa... Antes, gostaria de parabenizar a excelente administração e os números que foram apresentados aqui nessa Comissão, mostrando que foi uma gestão competente, transparente, muito nacionalista brasileira. Parabéns. O Presidente Carlos Lessa dizia que a Petrobrás antes de, para obter recursos do BNDES, ia a um Banco e aí pagava uma taxa alta. Coisa que ele passou a fazer atravessando a rua. Queria saber do senhor se a política continua? E a última pergunta é a seguinte: Nós temos nos preocupado muito aqui com o emprego. Senhor Presidente, tem uma Frente Parlamentar chamada Frente Parlamentar do Pleno Emprego. Hoje, quem emprega muito no país são as pequenas, micros, médias empresas. Queria saber do senhor se existe uma diretoria específica, no BNDES, para tratar com pequenas, médias, microempresas, e, se não existe, se o senhor é favorável à criação de uma Diretoria, no BNDES, especificamente para essas empresas? Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Próximo, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, Senador Aloizio Mercadante, Dr. Demian Fiocca, Presidente do BNDES, eu vi atentamente a exposição de V.Sa. E... Vou focar as minhas questões rapidamente, algumas até já foram colocadas, mas eu quero aprofundar. V.Exa. colocou... Não trouxe para nós uma planilha que dá aplicação dos recursos do BNDES por região brasileira. O Senador Edison Lobão fez a pergunta em relação a Norte

Nordeste, V.Exa. disse que houve acréscimo de pontos percentuais. No Nordeste, 27 pontos, de 2005 a 2006. Só que os dados que eu tenho, Dr. Demian, é que, nos anos 2000, 2001, 2002, os recursos aplicados no Norte e Nordeste, pelo BNDES, foram em torno de 17%, somados os dois. E 2003, 2004, 2005, 2006, exatamente no Governo do Presidente Lula, esses recursos reduziram para algo em torno de 11% e estão agora em torno de 12%. 2006 foi 3%, 3.17, no Norte, e 9.4, no Nordeste, o que dá 12.5 aplicado. Ou seja, neste Governo, nesse primeiro Governo do Presidente Lula, houve uma redução de guase 40% na aplicação dos recursos do BNDES nas regiões Norte e Nordeste. E aí vem uma pergunta importante, já que o Banco é um Banco de fomento, é um Banco que leva ao desenvolvimento, ele está indo ao sentido contrário ao que diz a Constituição, que estabelece a redução dos desequilíbrios regionais. Então, ele está acelerando esses desequilíbrios, quando ele aplica preferencialmente no sul e no sudeste, e nós entendemos, onde estão as economias mais fortes, e deixa de aplicar no Norte e Nordeste. E aí V.Exa. vai poder dizer que, no sul e sudeste, tem menores riscos do que no Norte e Nordeste, e é verdade, porque são áreas ainda em expansão. Mas aí eu acho estranho que, na operação da TRANSPETRO, V.Exa. coloque uma planilha agui que diz que aprovou financiamento com o risco de fragilidade econômico-financeira dos estaleiros, risco elevado durante a fase de construção, garantias insuficientes, dificuldade de obtenção de seguro, mega financiamento a um estaleiro não instalado. Quer dizer, maior risco do que esse aqui, eu acho que não existe. E, mesmo assim, para atender a um interesse da TRANSPETRO e do Governo, V.Sa. foi e deu, e financiou. Quando é para regiões Norte e Nordeste, que existem riscos, não sei se chegam a esse nível que estão aqui, por que é que não se encontra uma solução, que eu quero parabenizá-lo pela solução encontrada para atender a necessidade de investir e de fomentar o desenvolvimento dessas regiões. Se nós formos abrir esses financiamentos, nós vamos verificar, V.Sa. disse que é para a FINAME, que aí todos têm acesso. Mas, no caso do Norte e no caso do Estado do Pará é... Os financiamentos que possam existir do BNDES são para a Vale do Rio Doce, de capital intensivo na área mineral. Com certeza, se for retirar a Vale do Rio Doce, sobra muito pouco de investimento do BNDES na região.

Eu quero lamentar, eu, quando fui Presidente da Federação das Indústrias do Pará, na década de 90, depois de um grande esforço, consegui instalar um escritório do BNDES, em parceria com a FIEP e o BASA, no prédio do BASA. E V.Sa. diz que, pelo que disse aí, eu estou tomando conhecimento que esse escritório foi fechado. Porque V.Sa. diz que só tem escritório em Brasília, São Paulo e Recife. Cadê o escritório da Amazônia, que tinha como sede Belém e no BASA?

Outra pergunta que eu gostaria de fazer a V.Exa., o Senador Jayme Campos já fez também, com relação à linha de crédito para as Prefeituras. Então, eu, eu quero reforçar esse pleito, no sentido, inclusive, eu estou elaborando um Projeto para que esse... A PROVIAS, esse programa que, pelo que está havendo, as Prefeituras não tiveram acesso, que se tenha um programa que possa financiar diretamente as Prefeituras e seja um financiamento consignado, para que o BNDES não tenha risco, possa ser, por

exemplo, vinculado à cota do FPM, para que ela possa fazer o pagamento através das transferências obrigatórias, constitucionais. E isso daria... Poderia ter um valor, um juro muito mais reduzido porque não haveria risco nenhum para o Banco repassador. E, diretamente, através do BNDES, e não através dos Bancos repassadores, que eu acho que é o grande gargalo para ampliar o financiamento do BNDES nessas regiões. Inclusive, eu defendo uma proposta de, há muito tempo, de que parte dos recursos que são transferidos, Senador Mercadante, do FAT para o BNDES, sejam transferidos diretamente para os Bancos regionais: BASA, Banco do Nordeste e, no Centro-Oeste, o Banco do Brasil. Porque o que acontece, na realidade, é que esses recursos são transferidos para o BNDES e o BNDES, ao transferi-los para os Bancos, sejam eles públicos ou privados, que vão agir na ponta, existe uma discussão muito grande com relação ao risco do empréstimo e o spread que não é repassado para quem vai tomar o risco lá na ponta. Então, fica essa discussão e os Bancos que vão operar não têm interesse em transferir esses créditos. Então, fica sempre essa... Essa discussão. Então, já que há isso, já que... Para evitar esse bypass de recurso, que seja feito, parte desses recursos seja transferida diretamente aos Bancos Regionais. E por último, V.Exa. colocou aqui a questão da aplicação no microcrédito. Colocou agui que 48 milhões, em 2006, eu não sei se foram liberados ou aprovados. O Globo, o jornal "O Globo" traz uma matéria dizendo que o BNDES tem 170 milhões alocados para esse programa, dos quais, até outubro de 2006, tinha contratado 26 milhões e liberado apenas nove. Então, eu gueria saber se esses 48 milhões da planilha, se são recursos contratados ou se são recursos liberados e por que de um montante de 170 milhões, só aplicados é... 48 ou, se for pior ainda, os 09 milhões liberados? Eram essas as perguntas. Ah, e por último---

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Flexa Ribeiro, eu vou tomar uma iniciativa, a partir da intervenção de V. Exa. e do Senador Edison Lobão, eu vou propor que a gente monte um pequeno grupo de trabalho para que, num prazo de 30 dias, apresente sugestões concretas de como ampliar as linhas de financiamento no Norte e Nordeste.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ótimo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então, eu proponho que V.Exa., o Senador Edison Lobão e o Senador Romero Jucá trabalhem em cima dessa agenda para trazer uma proposta. E daqui... E Senador Jayme Campos. E daqui a--

**SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS):** Eu queria falar sobre isso, por isso que pedi a palavra agora.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Então, V.Exa. está incluído no grupo, Valter Pereira. Cinco Senadores, daqui a 30 dias, tragam uma proposta, nós discutiremos na Comissão e convocaremos novamente o Presidente do BNDES para discutir formas de fomento ao financiamento na região Norte e Nordeste do país. E Centro-oeste--

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Parabenizo o Presidente pela proposta.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** É que Centro-Oeste está muito forte o desembolso, mas nós podemos analisar, só não vamos incluir na pauta de discussão--

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Só para encerrar, V.Exa., na exposição do Presidente Demian, quando fez referência aos financiamentos aos Estados de São Paulo e Minas Gerais, V.Exa. disse da parceria do governo--

# SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Republicana.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Republicana, com os Governos tucanos. Isso, Presidente, é uma demonstração da gestão tucana, nesses Estados e em outros Estados administrados pelo PSDB, que dá a garantia ao BNDES de poder fazer esses financiamentos que foram feitos sem risco, diferente desse aqui da TRANSPETRO, que tem um risco--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu que sei o quanto eu suei a camisa para viabilizar o financiamento de São Paulo, que havia todo o tipo de dificuldade. Queria também registrar a presença do ex-Senador Antero Paes de Barros, visitando a nossa Casa aqui. E será, como sempre, muito bem recebido pelos seus companheiros e companheiras Senadores. Senador Romeu Tuma, com a palavra. Não estando o Senador Romeu Tuma, o Senador Valter Pereira, curto e grosso, porque V.Exa. se inscreveu depois do prazo regimental.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS): Senhor Presidente, Dr. Demian, V.Exa., quando abordou a região Centro-Oeste, V.Exa. realmente falou só sobre a expansão. E quando falou sobre o Centro-Oeste, V.Exa. só falou que houve uma pequena queda. Agora, na verdade, o que se verifica, o que se verifica na região Centro-Oeste é uma dificuldade muito grande para ter acesso até ao próprio conhecimento sobre como que opera o BNDES. Então, eu acho que o BNDES é uma ferramenta extraordinária para o desenvolvimento do país. V.Exa. está percebendo aqui que, na verdade, toda a... Toda a intervenção que ocorre aqui é no sentido de requerer mais do BNDES. Não é uma crítica destrutiva; é uma crítica de quem está precisando do BNDES. E, na região Centro-Oeste, eu acredito que o número é tão... É tão vexatório, que V.Exa. acabou passando *en passant*: "Olha, o Centro-Oeste houve uma ligeira queda", certo?

Mas eu vou deixar de fazer essa intervenção sobre a questão do Centro-Oeste, em função da decisão que foi tomada pelo Presidente da Comissão que, aliás, eu acho de extrema importância. Ele sintetizou aqui, eu acredito, que o desejo de toda, toda a Comissão de Assuntos Econômicos. Eu acho que, com essa decisão tomada, dispensa-se até qualquer tipo de comentário sobre a região Centro-Oeste porque, nesta Comissão, nós vamos discutir, vamos propor e depois V.Exa., de volta a esta Comissão, vai poder esclarecer melhor ou anunciar até novas diretrizes. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Valter Pereira.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): O Presidente Demian Fiocca já disse que marcará imediatamente a reunião com o grupo de trabalho para colocar todos os dados e construir junto aí sugestões para que, em 30 dias, a gente coloque na pauta mecanismos de fomento ao crédito na região Centro-Oeste, Norte e Nordeste do Brasil. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Pela ordem, Presidente.

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP):** Pela ordem.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Acabei de receber uma ligação do Senador Tasso Jereissati, que está em deslocamento para o Congresso, e ele gostaria de fazer um questionamento ao Dr. Demian, e o faço por ele. Ele... Face ao risco da operação do TRANSPETRO, ele quer saber por que é que o BNDES não financia a Siderúrgica do Ceará, que também é... Está em pauta lá e tem o problema sério. Eu faço a pergunta por ele e, depois, vou procurar o Presidente Demian para a gente financiar uma Siderúrgica no Pará. Que tem o minério, tem o porto e tem a energia. Mas, a pergunta é sobre o financiamento da Siderúrgica do Ceará.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Arthur Virgílio, é o último em deferência à competente, combativa liderança. Ah, desculpe, Senador Romeu Tuma, ele estava inscrito anteriormente, ele não estava no meio da chamada, Senador Romeu Tuma.

**SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP):** Eu vou ser rápido, é que eu recebi um telefonema do--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Sou eu?

**SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP):** O Brigadeiro está fazendo uma palestra--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Não, o Senador Romeu Tuma antes e, em seguida, V.Exa. encerra.

**SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP):** Senador Arthur, eu vou ser rápido aqui. Eu... É claro que cada um de nós tem que lutar pelo seu Estado, mas as discussões, eu acho que têm que ser assim, cada um de nós tem o amor pelo seu Estado e estar aqui em defesa dele, mas nós temos que, a essa altura, pensar em caráter nacional. E essa Comissão, Senador, tem que também estender um pouco para nós termos uma macro visão sobre todo o país. Porque o desenvolvimento regionalizado é importante traçar uma nova geografia de desenvolvimento econômico, mas sem esquecer os Estados que já... Que precisam do apoio para continuar o seu desenvolvimento no interesse do país. Eu li aqui, Presidente, as projeções que V.Exa. fez, infelizmente eu não estava na hora, peço desculpas porque eu tinha uma outra

reunião, mas, sobre o problema de energia elétrica, que eu acho que é um assunto do momento, eu tenho visto a Ministra Dilma Rousseff discutindo muito sobre investimentos nesta área e vejo que há uma redução do *spread* básico para essa área de produção de energia e eu perguntei a uma assistente do senhor, que aqui nas projeções, não vi nenhuma sobre agronegócio, sobre o a pequena agricultura e se há ou não investimentos sendo estudados pelo BNDES nesta área. Pelo menos não consegui reconhecer nas projeções que V.Exa. fez.

O Senador Flexa Ribeiro falou sobre a TRANSPETRO. Aqui tem uma das planilhas, das projeções é... Que fala muito sobre a TRANSPETRO, Senador Flexa Ribeiro, que é a nº. 03. Esse programa, Presidente, o programa "Fazendo Mais que Antes", ele tem vinculação com o PAC ou não? Vários dos programas aqui apresentados? Então, outro que me chamou a atenção é a venda da Brasil Ferrovias para a LL; já foi feita em maio. E houve a recuperação financeira? E aqui recuperação de créditos do BNDES de 1.7 bilhões, dos quais 1.2 bilhões lançados a prejuízo. É antigo esse prejuízo? E V.Sa. está querendo recuperá-los agora? Recuperação de 400 milhões em débitos com a União.

Então, eu achei interessante esta parte, que é o patrimônio do BNDES que, provavelmente, diz aqui que tem... Aí o senhor fala, no início, injeção de 315 milhões pelo BNDES, em julho, parte de conversão de dívidas de ações e 115 milhões em janeiro. Alguns empresários grandes, que têm que financiar exportações, encontram uma grande dificuldade de poder contar com o BNDES ou qualquer outra atividade de financiamento para poder fazer frente ao mercado internacional, visto que há instituições financeiras que financiam, com muita facilidade, exportações. Aqui há críticas fortes quando... Se o BNDES, se alguém colaborar na exportação de produtos para outros países. Então, eu pergunto como é que está sendo visto pelo BNDES esta luta. No outro, "Fazendo Mais que Antes", que me chamou a atenção aqui, Senador Mercadante, é "Fazendo Mais que Antes", um programa interessante e que tem que ser profundamente estudado. Por isso que eu acho que, acho que há uma vinculação com o PAC, tudo isso aqui, inclusive do PROCAMINHONEIRO, que é a renovação de frotas de caminhões. E não sei se terá programa de Financiamento de estradas e rodagem, porque senão o caminhão novo também vai para a glória, porque, hoje, pela manhã, a Globo teve o desprazer de mostrar, no Piauí, a terrível situação nas estradas, vários caminhões quase com prejuízo total, pela dificuldade do transporte. E é isso aí.

Eu não quero tomar o tempo porque eu acho que essa Comissão terá uma extensão boa para se discutir, acho que V.Exa., inteligentemente, consignou esse princípio de se preparar para que o tempo não se esgote aqui e sem resultado. Essa Comissão, provavelmente, acho que o Presidente voltará para discutir esses projetos sem nenhum constrangimento. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Romeu Tuma. Senador Arthur Virgílio para encerrar.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** Muito bem, Dr. Demian Fiocca, antes de mais nada, eu lhe... Encarecidamente lhe peço o máximo de agilidade no processo de liberação da disposição do economista José Roberto Affonso para a Subcomissão de acompanhamento da Reforma Tributária aqui desta Casa. É peça vital para o trabalho a ser exercido pelo Presidente Tasso Jereissati e pelo Relator, Francisco Dornelles. Em segundo lugar--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): E conta com o meu total e integral apoio.

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** Muito obrigado, Presidente--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): É um economista extremamente competente, e eu já tinha entrado em contato, inclusive pessoalmente, com o Presidente Demian para poder facilitar essa iniciativa, de comum acordo com o Senador Francisco Dornelles; trará grande contribuição ao Senado Federal pela competência e dedicação à vida pública.

VIRGÍLIO **SENADOR ARTHUR** (PSDB-AM): Muito obrigado, Presidente. E, segundo, Doutor, eu tenho aqui, eu vou ser breve, tenho algumas observações. Primeiro, vou para uma coisa bem regional, eu guero lhe apresentar depois a idéia de se financiar a troca paulatina dos cascos de madeira, que causam desastres na minha região, região amazônica, por cascos de ferro; é algo que depois formalizarei a V.Exa., por escrito. Mas, por enquanto, eu tenho algumas observações a fazer. Uma delas é que eu vejo que aumentaram certos investimentos do BNDES, significaram certo aumento de risco. Algumas, algumas... Alguns empreendimentos que ainda não existem, enfim. Eu soube que o... E ali o meu prezado Presidente Aloizio Mercadante, mostrou, no item estatísticas, de maneira, de maneira otimista, eu não condeno o otimismo, que teria havido uma curva ascendente, bastante pronunciada, e aí eu não vi bem aí a questão da gerência, nem vejo aí sinal de aumento de... Necessário sinal de aumento de taxa de investimentos porque o que eu vi mesmo foi isso aí como um reflexo do aumento da formalização do emprego, o que é uma conquista; mais FATs e, portanto, a curva para cima. Mas eu, eu queria fazer aqui algo que é uma colocação política. Eu me constranjo, Dr. Fiocca, com certas coisas. Eu digo assim, com essa história de "Fazendo Mais", "Fazendo Melhor", "Fazendo Mais Rápido", aí eu pergunto: Fazendo mais do que quem? Do que o Floriano Peixoto? Não tinha BNDES na época. Do que o Fernando Henrique? É infeliz a comparação. Fazendo mais rápido do que o Marechal Deodoro? Não tinha BNDES na época. Do que o Fernando Henrique? É infeliz a comparação.

Eu acho que já era hora de vocês todos largarem isso, francamente, largarem isso, seja o Presidente, as críticas que ele faz, injustas, misturando contextos, misturando, de maneira leve, no sentido francês, eu vou falar em francês para não dizer leviano, no sentido de *maniere léger* (F), leve, misturando contextos, ou seja, se alguém entra, enfrenta uma série de crises internacionais, apesar da oposição de pessoas que hoje estão no poder, promove quebras de monopólios, reformas, parte para melhorar a

competitividade sistêmica da economia, possibilita, junto com o boom exportador, provocado pela demanda chinesa, pelo crescimento americano, pelo momento virtuoso da economia internacional, possibilita que o Brasil tenha, de fato, certos saldos, eu jamais aqui neguei méritos do Governo e sabem meus adversários disso, tenho sido, inclusive, muitas vezes criticado, alguém oposição, como que é defensor macroeconômicas do Governo, até me arriscando, do ponto de vista da popularidade, quando aqui defendo as linhas mestras do que vem operando o Banco Central, eu creio que nós podíamos, a essa altura, dar um certo salto. Um certo salto, ou seja, eu quero... O BNDES, a minha visão é muito clara, sabe aonde é que ele falha? Ele parou de financiar as privatizações, por mim, ele voltaria a financiar privatizações. Porque foram as privatizações que deram ao Presidente Lula, o orgulho de poder dizer que a EMBRAER hoje vence a Bombardier. Foram as privatizações que puderam hoje sustentar 100 milhões de brasileiros com celulares, em outras palavras, aí tem uma visão, que é a minha visão de mundo, que pode se chocar com a visão de mundo de outras pessoas respeitáveis e queridas por mim, mas eu me pego na questão do método, eu não julgo que seja correta, intelectualmente, a comparação. Eu não julgo. Eu julgo que há um amadurecimento do Brasil para o Brasil ser passado para nossos jovens, ser passado para a sociedade como uma següência. Como uma següência. Ou seja, o Brasil tem que ser melhor porque eu fiz uma parte, V. Exa. fez outra, vem outro que faz outra e aquele que não fizer sua parte, ele deve ser apontado pela história à execração. Eu dava o exemplo do Governador Marconi Perillo, muito jovem, enfrentou Íris Rezende, um mito da política de Goiás, venceu as eleições. Venceu por quê? Porque era mágico? Não, porque não estava bem o Estado àquela altura. Ele vence. Passa oito anos, infra-estruturando o Estado, procurando fazer o Estado melhor. Vem o sucessor dele, e depois diz que fez melhor do que ele? Lógico que teria que apresentar resultados melhores, a menos que o sucessor dele fosse um fracasso administrativo completo.

Então, se eu pudesse, em nome da maturidade com que o PSDB faz oposição, em nome da justeza e da justiça com que temos tratado o Presidente Lula, se eu pudesse pedir encarecidamente a ele, a V. Exa., aos marketeiros do Governo, a todos, que superassem essa fase, que não é uma fase madura das comparações, eu lhe agradeceria fervorosamente, porque eu, pessoalmente, me sento injustiçado e percebo que isso diminui o nosso debate, isso puxa nosso debate lá para baixo. Mais rápido que Epitácio Pessoa? Óbvio que andou mais rápido que ele, também não havia BNDES na época do Epitácio Pessoa. Mais rápido do que Fernando Henrique Cardoso? Eu considero injusto. Mais rápido do que Itamar? Eu considero injusto. Itamar e Fernando Henrique começaram o processo de estabilização da economia, de maneira árdua, de maneira penosa e contando até com a oposição de certos setores que hoje se beneficiam da estabilidade, que é fundamental para nós chegarmos a bom termo, em qualquer projeto econômico.

No mais, eu só desejo a V. Exa. êxito, e espero que a minha sinceridade não o coloque contra o meu projeto de remodelar os cascos das embarcações no meu Estado, e lhe fiz a primeira demanda que foi a... Vejam que as nossas

SCA/AGS/rmsm

24

demandas são tão fáceis, as nossas demandas não dão escândalo; a gente quer o Zé Roberto, a gente não quer nada... Nada que eu na matéria, bilionárias opções de cargos. Não queremos nada disso, nós queremos apenas o Zé Roberto, eu guero casco de ferro para o Amazonas, fiz a minha análise do crescimento aqui questionado, enfim. Mas uma crítica ao método, uma crítica ao método, não acrescenta absolutamente nada. A menos que numa outra vida, lá para trás, o Presidente Lula tenha tido um problema muito sério com o Presidente Fernando Henrique, lá para trás, assim, há três mil anos atrás, brigaram no Egito, um era o Faraó que gueria depor o outro. Senão, eu não entendo, não consigo entender. E enfeia, porque aí me predispõe, eu começo a tentar olhar com lupa, porque me predispõe, me dá a impressão, outra coisa que eu não gosto, quando diz assim: "Vamos fazer um lançamento". Projeto não é para lançar, é para executar. Não é para lançar. Eu vejo muito essa linguagem de Cabo Canaveral, essa linguagem de Cabo Canaveral, de "solta o torpedo para cima", a gente não se sabe depois se ele volta; o primeiro emprego, por exemplo, não voltou. Perdeu-se no espaço sideral.

Mas, no mais, desejar a V. Exa. o máximo de êxito ao longo de sua experiência administrativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Arthur Virgílio, não poderia deixar de expressar meu sentimento nessa sua intervenção, para registrar o seguinte. Durante toda a apresentação do Senador Demian, desculpe, do Presidente Demian, não houve uma menção de comparação ao Governo anterior. Só uma outra coisa, mesmo na questão do "Fazendo Mais Rápido", se V. Exa. olhar o gráfico, o corte é sempre 10 anos. Durante... O que está se alcançando hoje é o que existia no período 97/99. A liberação era mais rápida nesse período, começa a crescer a partir de 99, o pico é exatamente em 2005 e há um esforço grande do BNDES. Não há uma relação, ao contrário, o gráfico não tem nenhum período de corte político; é o desempenho do Banco na operação de--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Permita, Senador?

**SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP):** E, ao contrário do que V. Exa. disse, é o seguinte: O período que vai de 97 a 99 é o período em que a velocidade de liberação dos recursos, de aprovação das operações é semelhante ao que está se alcançando agora. Então, eu--

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** Que foi o período das privatizações. Permita-me, Senador Mercadante?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Isso depende um pouco...

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** Porque se eu pudesse fazer uma imagem futebolística. Eu posso?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): O que ele mencionou aqui é o seguinte: O procedimento para operações complexas, tramitação de operações complexas, era exigir uma série de exigências burocráticas, formais, algumas, inclusive, por exigência do Tribunal de Contas

da União, que passou a exigir uma série de documentação, e aquilo virou uma regra do BNDES, quando não deveria ser uma regra. E o esforço todo foi tentar desburocratizar, aumentar a eficiência, dentro da prudência bancária. Então, não houve... Que V. Exa. não estava na argüição, o Senador Flexa Ribeiro estava. Não houve uma única comparação—

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** Não, eu não duvido. Veja só, Presidente Mercadante--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Nenhuma, ele simplesmente apresentou as medidas, as providências que estão sendo tomadas e a evolução da eficiência—

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** Presidente, me permita mais um segundo--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Em nenhum momento, que o Senador estava aqui desde o início, nenhum momento da intervenção—

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** Não, mas é a formatação—

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Foi "Fazendo Mais Rápido", não tinha nenhum sentido, é só olhar o gráfico--

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM): Me permita, quando diz assim: "Fazendo mais rápido" ou "fazendo melhor", fazendo não sei o quê, dá claramente a idéia, ou seja, não passa para os jovens, para quem tem que aprender o Brasil, não passa a idéia de que o Brasil é uma següência, de que o Brasil é um processo, transparece a idéia de que o Brasil tem cortes, um "cortezinho" entre um momento e outro. Para fazer uma análise futebolística, a grande verdade é que nós tivemos uns últimos quatro anos tão virtuosos, que eu compararia àquela seleção de 68. Então, o Feola não precisava falar nada com o Pelé, com o Garrincha, com o Didi, bastava entregar as camisas e O Fernando Henrique não. Ele governou com uma seleçãozinha ruim, porque o tempo estava muito ruim. Em outras palavras, eu gueria passar uma pedra por cima disso, e nós percebermos que se outro presente não tivesse sido dado a esse Governo, só a arma que foi a Lei de Responsabilidade Fiscal, para o Presidente, a partir dela, dialogar com Governadores, Prefeitos, e com isso poder, de maneira muito clara, preservar certas metas fiscais, só isso já foi um passo civilizatório tão fundamental, que eu insisto muito nisso, tenho a impressão que o Brasil, superando esse momento, o Brasil terá superado uma discussão que é menor, diante da discussão maior, que é o verdadeiro papel do BNDES. Tem gente que diz: "O primeiro Presidente do BNDES, Professor Carlos Lessa, pensa o contrário do que eu penso, Eu entendo que deveria voltar a financiar as privatizações. Eu. Aí daria um seminário para nós discutirmos sobre isso. Mas essa é a discussão qualitativa. Essa, como muito bem disse o nosso Presidente Mercadante, é esse o debate qualificado, esse é i debate que cabe, não é a comparaçãozinha. Eu não estou, eu não vi, não quero fazer nenhuma acusação--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): E se V. Exa. olhar as tabelas, é sempre 2003 ou 2005 a 2007, sempre comparando a evolução dentro do próprio Governo. Eu só solicitaria que, se a gente passar a palavra, que nós temos que aprovar o membro da CVM e uma ordem do dia complexa. Só fiz essa intervenção porque eu tenho certeza de que se o Senador Arthur Virgílio tivesse podido acompanhar e seguramente estava com tarefas na liderança—

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC): Me permita só--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Verificaria que não houve, em nenhum momento, nessa argüição, qualquer comparação de natureza política com o período anterior. Senadora Ideli.

**SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Senador Mercadante, só fazendo uma observação ao Senador Arthur Virgílio, eu acho que "O fazendo mais" ou "fazendo melhor", inclusive, para o Presidente Lula, ele já disse isso de forma clara, ele está no segundo mandato; a comparação é ao primeiro mandato dele. E não poderia ser diferente, ele tem que, num segundo mandato, obrigatoriamente fazer o a mais, o melhor--

**SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB-AM):** Mas eu acho que se ele pudesse não comparar nem com ele, era melhor, porque são situações diferentes—

**SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** Não, tem sempre que melhorar, não é? Pelo menos é--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Mas está feito o registro. Senador Arthur Virgílio sempre foi um leal defensor do período anterior, eu só fiz essa ponderação porque, nessa Sessão de esclarecimentos não houve qualquer politização, comparação ou uma intervenção de natureza partidária. Quem conhece Demian Fiocca sabe também que não é de sua natureza esse tipo de intervenção; ele é um técnico extremamente competente e toda sua intervenção e sua vida pública, é pautada por essa competência de gestão, dentro de parâmetros técnicos. Até eu acho que falta para ele, eu tenho dito isso, politizar o desempenho na vida pública, mas é da natureza dele a neutralidade, a sobriedade e eu acho que isso é uma virtude na vida pública e uma virtude recomendável, especialmente quando se trata de um Banco que tem que ter um caráter republicano e de critérios bastante objetivos e transplantes no seu desempenho. Senador Flexa Ribeiro.

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Pela ordem, só para poder atender a Senadora Ideli e o Senador Arthur Virgílio, eu quero até dizer que o Presidente Demian, como V. Exa. colocou aí, ele foi modesto e não teve muito ufanismo no *slogan* "Fazendo Mais que Antes". Se ele fosse atender ao marketing de Governo, ele iria dizer: "Nunca dantes, nesse país, desde Cabral, se fez tanto quanto agora no BNDES". Aí seria outro *slogan* que teria que ser feito.

- SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Está bem. Feita a provocação tucana, vamos agora à resposta objetiva. Onde o—
- **SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC):** [pronunciamento fora do microfone].
- **SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP):** Mas faz parte, faz parte.
  - **SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP):** Presidente, pela ordem.
- SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Romeu Tuma.
- **SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP):** V. Exa. permite dizer que seu conselho não foi bom. Eu peço desculpas porque, talvez, a minha origem obrigue a sempre exigir do gestor público que não seja politizado, em hipótese alguma. Em qualquer gestão, a Administração, que tem que ser por técnicos, não pode ser rateada entre partidos políticos, senão, pode até ser, mas desde que seja técnico e entenda do assunto. Eu peço desculpas por isso--
- SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): V. Exa., mais uma vez, V. Exa. fez uma interpretação completamente improcedente. Partidarização não é politização. Politizar significa defender a gestão, apresentar os resultados, demonstrar o que fez e quando os números são apresentados, eles falam por si mesmos, não precisa dizer mais nada. Nós estamos numa evolução da aprovação dos financiamentos, do desembolso, com operações complexas, com microcrédito. Quer dizer, em todas as linhas fundamentais do Banco, um desempenho espetacular, que retoma, no BNDES, o seu papel de fomento ao investimento e ao crescimento do país. E é isso que tem que ser mostrado, é isso que eu tenho dito--

SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP): V. Exa. fez bem o gol.

- SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Publicamente a competência e o trabalho que ele realizou.
- **SENADOR ROMEU TUMA (PFL-SP):** Fez bem o gol, Senador. Presidente Demian com a palavra.
- SR. DEMIAN FIOCCA: Obrigado. Eu gostaria de responder antes ao Senador Arthur Virgílio, ele estava saindo, eu disse que ia responder... O seguinte, efetivamente, esses dois temas não são programas com impressão de outro Senador e nem são temas específicos de natureza política. Eu tenho utilizado esses dois *slogans* como um instrumento de emulação gerencial dentro do Banco. Ou seja, quando a gente assume uma instituição e entende que não devemos apenas discutir as grandes linhas, as grandes missões, mas temos a obrigação de dar a ela o maior desempenho possível, do ponto de vista Executivo, é importante indicar à Casa qual é a nossa indicação. Então, eu tenho dito à Casa: "nós precisamos fazer mais, nós precisamos fazer melhor, precisamos fazer mais rápido". Essas expressões que eu citei aqui, apenas para organização da apresentação, são objetivos de natureza geral, do qual eu procurei imbuir o BNDES, ao longo desse período e imbuir o Comitê

Gerencial, que elaborou aquelas medidas de simplificação, e também, do ponto de vista da cultura, do BNDES. O Senador Mercadante bem esclareceu, não houve nenhuma segmentação de, a partir de tal ano, a partir de tal outro, com coincidência de qualquer calendário político. A única soma de recursos daquela época foi o Senador que fez, o Senador do Nordeste, eu nem utilizei isso. Em todos os casos, utilizei os últimos anos e os anos anteriores.

Então, realmente, foi uma impressão equivocada, não foi esse o teor da apresentação e esclarecer, eu acho sim que cabe a um dirigente de qualquer instituição, pública ou privada, procurar fazer mais, procurar fazer mais rápido, procurar fazer melhor. Então, é essa emulação que eu passo para dentro da Casa.

Além disso, do ponto de vista da postura republicana, gostaria de destacar, duas operações aqui, que eu chamei de operações complexas e que são inovadoras, e que permitem a empresas públicas, Estatais, fazerem mais do que o limite de crédito do contingenciamento determinado pelo Conselho Monetário Internacional, autoriza, são empresas de dois Estados governados pela oposição. Nós fizemos essas duas e fizemos por uma razão do seu mérito. Não por nenhum critério político, obviamente.

Quanto à questão do crescimento ser apenas um reflexo do crescimento do FAT, da formalização do mercado de trabalho, gostaria de esclarecer que também não é precisa essa hipótese porque, na verdade, o BNDES não tem trabalhado com escassez de recursos, portanto, o volume desembolsado não dependeu do quanto o FAT aporta, dependeu do quanto o BNDES teve capacidade de aprovar e do quanto o setor produtivo teve disposição de investir.

Quanto à questão da LL, o Senador Tuma não estava no momento da apresentação, aquela recuperação de prejuízos já ocorreu, também a recuperação de recursos ao Tesouro já ocorreu. Eu dei conta de que em Estado que nós estamos hoje, nós estamos com zero de inadimplência e o ganho na área de..., na partes de [inaudível], na parte de capital. Sobre a questão Nordeste e a questão das operações de maior risco, eu gostaria de esclarecer primeiro uma coisa muito importante: Quando eu cito os desafios da operação da TRANSPETRO não são desafios identificados e sobre os quais o BNDES passou por cima, correndo risco. Não. São desafios que foram todos eles mitigados com estruturações de operações mais complexas. Então, o seguro aqui, o acompanhamento do desembolso ali, a sucessão do empréstimo pela TRANSPETRO, logo a partir de 36% do desembolso, ou seja, nós não fizemos uma operação de alto risco na TRANSPETRO, nós desenvolvemos mecanismos mais estruturados que permitiram superar situações que inicialmente seriam de mais risco se nós fizéssemos de maneira, digamos, menos comprometida com o desenvolvimento.

Sobre a questão de Nordeste, então, esclarecido isso, eu gostaria de esclarecer ao Senador que aquele item que eu destaco financiamento, um mega financiamento a um projeto de empresa ainda não existente, foi no Nordeste. É o estaleiro de Suape e foi um dos maiores financiamentos feitos

pelo BNDES recentemente; quase 02 bilhões e meio de reais. Então, aí sim, toda aquela engenharia, toda aquela disposição de superar desafios, nesse caso específico que eu citei, teve como principal beneficiário o Nordeste. O segundo financiamento foi para Rio Naval no Rio de Janeiro, mas lá o estaleiro já existia, Então, o Nordeste foi, eu diria, o mais desafiador e também o maior financiamento.

Sobre a questão de postos avançados, o Senador mencionou, talvez... Eu não dei a informação completa. O BNDES tem três escritórios próprios, pequenos escritórios, pessoas treinadas junto a outros bancos, federações de indústria, associações que nós, no nosso jargão interno, nós não chamamos de escritório, chamamos de postos avançados e existem sim, continua existir o do Pará, na verdade, são mais de 50, e temos feito algum trabalho com o SEBRAE, inclusive, para ampliar a existência desse atendimento. Só que é um atendimento que não é propriamente um escritório, tem alguém do BNDES que esclarece, orienta, etc, mas dentro de uma outra organização.

Outra coisa que eu gostaria de comentar--

**SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA):** Sobre o assunto aí, o que existia, na década de 90, era um escritório do BNDES instalado no BASA, em parceria com a FIEP(F), então, ele baixou de graduação, virou um posto avançado. Eu vou fazer uma visita a V. Exa. para que a gente possa retomar, em nível de escritório, porque é para toda a região. É importante que, no Norte, na Amazônia, se tenha um escritório do BNDES e não postos avançados.

SR. DEMIAN FIOCCA: Está bem. Outra coisa que eu gostaria de destacar em relação ao Nordeste, é o seguinte: O Nordeste tem um tratamento privilegiado, da parte do Governo Federal, também nos Fundos Constitucionais, por meio que... Justamente BASA, Banco do Nordeste operam. Esses Fundos, esses Fundos têm como política pública um custo mais baixo. Então, parte também do desembolso menor do BNDES para o Nordeste, resulta do fato de que nós temos um competidor mais atraente, são também políticas Federais, são também Fundos e Bancos Federais, mas que são mais atraentes, e eu entendo que deve continuar a ser assim. Da parte do BNDES, como eu mencionei, nós reduzimos 1% a taxa, e gostaria, mais uma vez, de destacar, nós atendemos a toda a demanda, a toda a demanda. Não é que o BNDES, há um projeto grande em qualquer outra região do país, deixa de emprestar para o Nordeste.

Sobre a questão da Siderúrgica do Ceará, gostaria de esclarecer que o BNDES está sim à disposição para financiar a Siderúrgica, entendo que o gargalo do projeto não está no financiamento, pelo que eu entendi, está na questão do preço do gás, mas, saindo o Projeto, o BNDES está sim à disposição para financiar. Já recebemos, inclusive, os empreendedores do Banco, já expressamos isso a eles, eles estão cientes de que o BNDES poderá financiar a Siderúrgica.

Quanto ainda, para arredondar essa questão do Nordeste, eu gostaria, para não ficarmos apenas na expressão geral de uma vontade, assim que os

Senadores formarem uma Comissão e tiverem a data possível, eu gostaria de pôr à disposição o Dr. Antônio Prado, que dirige o escritório em Brasília, para agendar, estar à disposição, esclarecer, marcar, não só uma nova vinda minha aqui, se for do interesse dos Senadores, como, sendo do interesse, uma visita dos Senadores ao Banco.

Quanto aos empréstimos para a Petrobrás, gostaria de esclarecer que sim, que o BNDES está fazendo operações diretas para a Petrobrás; a Petrobrás tem um risco baixo e não se justifica, fazer por meio de outros bancos. O Senador Suplicy tinha mencionado a questão das fontes de recursos, em grandes números, são os seguintes: O BNDES consegue cerca de 50 bilhões ao ano de recursos, de pagamento de empréstimos anteriores, que é a sua principal fonte de recursos. O BNDES hoje ele é principalmente autônomo. Ele conseguiu acumular uma carteira de boa qualidade, que o repagamento permite fazer novos empréstimos. Recebe cerca de 07 bilhões do FAT Constitucional; nós temos também alguns recursos de mercado, fizemos uma emissão em IPCA; temos recursos do BID; temos recursos de outros Bancos bilaterais e disputamos parte dos recursos do FAT especial. Isso é definido pelo Ministério do Trabalho, já tive reunião, tinha já realizado reunião com o Ministro Marinho, encontrei o já o Ministro Lupi, comentei com ele e vamos nos encontrar para discutir a alocação do FAT Constitucional.

Eu entendo que, em virtude do forte crescimento da demanda, já verificada nos últimos 12 meses e daquilo que podemos esperar, devido à boa evolução das aprovações, nós vamos precisar sim de uma parcela significativa do FAT especial e vamos discutir isso com o Ministério do Trabalho, Senador Suplicy, se estiver disposto a nos ajudar nesse pleito, é uma demanda nossa. Mas nós temos conseguido trabalhar, até o momento, sem nenhuma escassez de recursos.

Quanto a pequenas e médias empresas, a comparação de custos, nós fazemos o seguinte: Como os bancos privados, que repassam recursos do BNDES, também os públicos, cobram um *spread*, um juro mais alto, em nível de pontos percentuais, sobre as pequenas e médias empresas, nós cobramos um mais baixo, de modo que, na composição, estimulemos as pequenas e médias. Para dar uma idéia de custo, do que o Senador Suplicy mencionou, nós cobramos 1% de *spread* ao ano para micro, pequenas e médias e os Bancos repassadores adicionam a isso cerca de 3,5. Então, nos recursos do BNDES, as empresas conseguem, digamos, o que seriam hoje recursos a 11%, 6,5 TJLP mais 4,5, que é muito mais baixo do que qualquer capital de giro, desconto de duplicatas etc., que vai para a faixa de 30, 27, 25, etc. E, para as grandes, nós cobramos, quando é repasse, em média, 2.3, os bancos, em geral, põem mais 1.2, 3,5. Só que aí sobre volumes maiores.

Com relação... Obrigado, Senador. Com relação a operações complexas o que elas são, elas são operações de financiamento a Projetos, basicamente, que têm uma aprovação caso a caso. Nós fazemos reuniões de Diretoria todas as semanas, são cerca de seis a oito horas de reuniões, aprovamos 20 a 30 operações. São essas operações que a Casa prepara um relatório, pode ir de 10 a 40 páginas, e que nós analisamos uma a uma. Essas são operações

complexas, operações diretas. O Banco tem operações indiretas padronizadas, que é o FINAME, tem um cadastro de máquinas, qualquer um pode acessar; existem operações automáticas, que são pequenos projetos trazidos por Bancos repassadores; existe o cartão BNDES, que é feito pela Internet; o préembarque, que é indireto, por outros bancos, e também alguns financiamentos, financiamento de exportação de serviços também é considerado como operação complexa.

Bem, quanto aos trens de alta velocidade, gostaria de dizer que a experiência internacional indica predominantemente Projetos dessa natureza como Projetos públicos; pode ser por aportes públicos a uma concessão privada ou projetos públicos diretamente. Eu entendo que o grande desafio desses projetos está na sua viabilidade econômica, não há nenhuma limitação, nenhum impedimento que o BNDES financie, mas são Projetos que eu diria, não partem do financiador, são Projetos, cuja viabilidade depende, pelo menos, na grande maioria dos exemplos internacionais, de algum grau de aporte público.

Quanto ao setor aéreo, eu gostaria de dizer que nós financiamos algumas operações das empresas de setor aéreo, em pátios de manutenção, enfim, operações da infra-estrutura do setor, que nós temos já estruturada uma operação, modelo de operação, para o financiamento também de aeronaves; é um dos nossos objetivos fomentar a indústria de aeronaves também no Brasil. A EMBRAER, ela é uma empresa de grande sucesso, mas principalmente exportação, e nós temos uma estrutura com pequeno aporte das empresas, que normalmente são empresas de balanço, cujo balanço não permite comprar um avião apenas contra o seu patrimônio, nós estruturamos operações e que, cobrindo certas margens de risco, o avião é a principal garantia. Então, havendo interesse das empresas aéreas em adquirir aviões brasileiros, o BNDES tem já um modelo de operação estruturado que permite realizar essas operações.

Quanto ao PROVIAS, que foi comentado aqui. O PROVIAS é um programa regulado pela Conselho Monetário Internacional. A limitação de recursos não está na escassez de recursos do BNDES, nem em procedimentos internos nossos. De fato, o programa teve um volume total de 300 milhões, para todo o país, Então, dá para imaginar que o número de Municípios é restrito. Essa limitação foi feita pelo Conselho Monetário, devido ao impacto fiscal; isso é uma, reduz o resultado fiscal dos Municípios que obtiveram esse programa. Da parte do BNDES, nós temos disposição de financiar qualquer volume que o Conselho Monetário aprove. Quanto à prorrogação também, se o Conselho Monetário prorrogar, nós podemos naturalmente prorrogar.

Quanto a saneamento, gostaria de destacar o seguinte, essa operação da COPASA foi uma operação que pôde ser feita dentro de uma estrutura específica. Não é uma alocação de recursos a cidades específicas como, por analogia, se poderia imaginar que fosse, olhando para o orçamento público, por exemplo. Agora, nós temos a disposição de fazer novas operações de mercado, na área de infra-estrutura social, saneamento ou outras, sempre que as empresas conseguirem operações dessa natureza. E lembrando, isso

adiciona ao volume de liberação de crédito ao setor público, que o Governo já liberou no PAC, de 06 milhões para 2007/2008. E essa estruturação mais sofisticada que nós fizemos aqui, ela não consome esse limite de crédito de 03 bilhões por ano.

Sobre a questão da Associação de Municípios de Mato Grosso e outros esclarecimentos, gostaria, aproveitando que o Senador naturalmente está em Brasília, de indicar já o nosso Diretor do escritório de Brasília, Antônio Prado, para, seja receber quem o Senador indicar do seu gabinete, da sua equipe, seja receber, inclusive, Prefeitos que queiram ter essa informação adicional sobre como proceder.

Sobre a questão do rebate de juros, aí, de fato, eu diria, Senador, nós temos uma prática diferente entre setores. O setor agrícola, pelas vicissitudes do clima, ou seja, a incerteza dos resultados, é um setor que enfrenta, com muito mais frequência, e com razões muitas vezes externas ao desejo do empreendedor, situações de inadimplência. Então, aí, de fato, o Brasil vem desenvolvendo um sistema de estímulo à adimplência, em que se faz o rebate de juros. O BNDES, ele foi constituído, ainda que ele opere também no setor agrícola, realmente, ele ainda é um banco da indústria da infra-estrutura e da exportação. Esses setores não estão sujeitos a essas vicissitudes, pelo menos não na mesma intensidade, climáticas, que geram tal freqüência de inadimplência do setor agrícola. E, portanto, para esses setores, realmente, não parece mais adequado, ao longo desse histórico, fazer um rebate de juros. Porque nós temos uma inadimplência muito baixa, graças à boa qualidade das nossas operações, destaco que, quando eu mencionei desafios, não foi para dizer que fizemos uma operação sem segurança, a operação tem segurança, só que nós tivemos que construir essa segurança, isso é a prática do BNDES, a inadimplência do BNDES é de menos de 1% ao ano e o rebate ficaria um prêmio para um número muito pequeno de operações, eventualmente compensado em outros spreads. Então, a natureza da operação do BNDES, eu diria que desaconselha a questão do rebate de juros. A questão de-

**SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT):** Presidente, um aparte, por gentileza—

#### SR. DEMIAN FIOCCA: Sim.

**SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT):** Só a título de esclarecimento, o senhor disse efetivamente, essa negativa de rebate, é para o setor agrícola, que isso premiaria, nesse caso, as pessoas que não são bons pagadores. Entretanto, especificamente como eu dirigi ao senhor a pergunta, era em relação a fábricas, indústrias construídas. Certo? Quer dizer, não é para o setor agrícola. São duas coisas bem distintas, financiamento do setor agrícola e financiamentos para fábricas--

**SR. DEMIAN FIOCCA:** Não, eu compreendi. Aqui, digamos, o rebate não é uma prática comum no mercado de créditos. Eu mencionei, a idéia do rebate vem do setor agrícola, por isso só que eu mencionei, mas eu entendi, seria para fábricas, entendo que, pelo menos pelo histórico, hoje não seria o mais aconselhável.

Quanto à liberação de garantias, de fato, acho que isso é possível estudar. Ou seja, à medida que o ativo novo se constitui e passa a ser uma garantia real adicional àquela oferecida inicialmente e, ademais, à medida que a amortização prossegue, portanto, o tamanho da dívida fica menor, há a possibilidade de liberação de garantias. Em alguns casos, o BNDES libera, agora, eu ia lhe dizendo como é que é a praxe. Sem prejuízo de que possamos estudar outras alternativas, normalmente o BNDES libera quando a empresa demonstra que precisa daquela garantia para novo empreendimento. Se a empresa não demonstra que precisa da garantia, a prática é manter. Agora, existe a possibilidade de liberação, nesses casos, digamos, eu estou de fato precisando, ou seja, não é apenas para conforto do sócio, do sócio capitalista, é porque eu preciso dessa garantia para investir mais, para outro empréstimo, o BNDES libera. Mas podemos, eventualmente, estudar casos específicos, inclusive, se o Senador tiver, eu ponho mais uma vez o Prado à disposição, sem prejuízo de que eu trate desse tema mais à frente.

**SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT):** Presidente Demian.

SR. DEMIAN FIOCCA: Sim.

**SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT):** Só para objetivar minha pergunta, quer dizer que esse encaminhamento em relação a prorrogar o prazo para financiamentos que os Municípios tomaram no BNDES, cabe à CVM—

SR. DEMIAN FIOCCA: Conselho Monetário Nacional. Isso.

**SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT):** Cabe ao Conselho Monetário Nacional? Quer dizer que, via de regra, tem que ser encaminhado via Conselho Monetário Nacional?

**SR. DEMIAN FIOCCA:** Nós gerenciamos, mas o total é dado pelo Conselho, e, por isso, de fato, o número de Municípios hoje é pequeno.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Muito obrigado.

- **SR. DEMIAN FIOCCA:** Senador Suplicy, tinha a questão do microcrédito, eu pedi um breve relatório, mas talvez fosse mais produtivo eu lhe entregar um relatório com as operações, a nossa avaliação inicial do que é uma descrição muito sumária que eu recebi nesse momento.
- SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): E eu quero cópia também. Eu queria encerrar, agradecendo a dedicação, a--

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):** Presidente, só saber sobre a resposta, a Diretoria, para pequenas, micro e médias empresas--

**SR. DEMIAN FIOCCA:** Nós temos sim uma Superintendência de operações indiretas, que trabalha basicamente com as empresas menores, que são aquelas que são atendidas por bancos repassadores e não diretamente pelo BNDES. Na verdade, essa Superintendência se reporta a uma Diretoria, mas que hoje tem mais duas Superintendências lá. Eu não vejo uma necessidade específica, Senador, de ter uma Diretoria, porque o assunto está endereçado internamente no Banco, ainda que na hierarquia imediatamente

inferior a de Diretor, que é do superintendente. O que eu acho que sempre podemos continuar, é mais no sentido de políticas, mais especificamente no organograma do Banco. Então, possivelmente o grupo de Senadores que vai tratar do Nordeste, eu acredito que vai tratar, em grande medida, de maneiras de atingir empresas menores, que são o maior público do Nordeste, que, muitas vezes, enfrenta maiores dificuldades em outros Bancos.

**SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ):** [Pronunciamento fora do microfone].

- **SR. DEMIAN FIOCCA:** Estão, eu mencionei, a Petrobrás está fazendo agora financiamentos diretos com o BNDES. E, de fato, isso traz um ganho para a Petrobrás porque ela paga apenas o *spread* do BNDES, não do banco repassador.
- SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria agradecer todos os Senadores pela participação, acho que nós preenchemos plenamente os objetivos dessa Sessão. Queria também apresentar o Antônio Prado, é o Chefe do escritório de Brasília, representante da Presidência do BNDES. E ele também é o responsável pelo escritório, pela relação com o Centro-Oeste e Norte, que são duas demandas e Brasília. Portanto, qualquer demanda que os Senadores quiserem, esclarecimento do BNDES, linha de crédito, qualquer informação que possa ser oferecida pelo Banco, o Antônio Prado estará à disposição.

Eu queria solicitar também ao Romero Jucá, líder do Governo, que coordene esse grupo que vai elaborar proposta Centro-Oeste, Norte, Nordeste, como fomentar as linhas de créditos, que incorpore o Antônio Prado no grupo de trabalho, para que ele já vá prestando todas as informações necessárias e ajude a agilizar a reflexão desse grupo de trabalho que, no prazo de um mês, entregará a todos nós a sua reflexão.

Quero dizer que a gente sente muita satisfação de ver o desempenho competente e uma evolução positiva em praticamente todos os indicadores, e muito positiva naquilo que é função essencial do Banco, que são a aprovação de crédito e o desembolso, em Projetos estruturantes, micro e pequenas empresas, quer dizer, um desempenho bastante promissor, que sinaliza uma aceleração do crescimento da economia brasileira.

Portanto, agradeço a competência, a dedicação, espírito público, Demian, Antônio Prado, a todos os Senadores e interrompo a nossa Sessão por um minuto, para que a gente possa se despedir. E, em seguida, começamos a sabatina do novo Diretor da CVM, que é a recondução à CVM.

[Sessão suspensa às 11h37]. [Sessão reaberta às 11h38].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de

Assuntos Econômicos, extraordinária, a realizar-se em 17 de abril de 2007, às 11:30, na sala de reuniões nº. 19, na ala Alexandre Costa. Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata anterior. Senhores Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário do Senado Federal. Mensagem do Senado Federal... O primeiro item da Pauta é mensagem do Senado Federal nº. 65/2007, não terminativa, "submete à consideração do Senado Federal, a escolha do nome do senhor Eli Loria para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários, CVM. A iniciativa da mensagem é competência Constitucional do senhor Presidente da República. O Relator é o nobre Senador Renato Casagrande e solicito ao Senador Valter Pereira, Senador Adelmir Santana, Senador Antônio Carlos Valadares que tragam para nossa Mesa o indicado, senhor Eli Loria, para argüição. E convido o Senador, Relator Renato Casagrande para fazer parte da Mesa. Quero informar também que nós vamos, como temos outras Comissões, alguns Senadores tem que acompanhar outras Comissões, nós vamos inicialmente já abrir a votação para os Senadores interessados e passo... Concedo a palavra ao Relator, Senador Renato Casagrande, para que processa a leitura do seu parecer sobre o indicado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSDB-ES): Obrigado, senhor Presidente, Senador Mercadante, senhores Senadores, senhor Eli Loria, que é o indicado, seja bem-vindo. Senhor Presidente, relatório é para... O relatório é para atender às normas Constitucionais, infraconstitucionais, para apreciação, pelo Senado Federal, da indicação feita pelo Presidente da República, do senhor Eli Loria para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários, para o período de 2007 até 2011. Os referidos dispositivos conferem competência privativa ao Senado Federal para, após argüição pública, aprovar previamente, por voto secreto, o Presidente e demais Diretores da Comissão de Valores Mobiliários. Em conformidade com o estabelecido na referida lei 6385, de 76, os mandatos do Presidente, dos Diretores da Comissão de Valores Mobiliários são fixos e estáveis, devendo ser renovado, a cada ano, 1/5 dos membros do colegiado, vedada a recondução imediata de seus titulares.

O curriculum vitae em anexo à mensagem presidencial, evidencia que o senhor Eli Loria possui formação acadêmica e experiência profissional compatíveis com o cargo para o qual está sendo indicado. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Ibirapuera, em 2006; Administrador Público, formado pela Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, em 76. O senhor Eli Loria realizou o curso de Mestrado em Administração no Instituto COPPEAD, da Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, nos anos de 80 e 81. Relativamente à sua experiência profissional, cumpre ressaltar os relevantes cargos e funções que exerce há 26 anos, na própria Comissão de Valores Mobiliários, onde ingressou por concurso público. Exerceu o cargo de Diretor da instituição, atuando em julgamentos, em julgamentos de processos administrativos sancionadores em recursos de decisões das áreas operacionais e em elaboração de normas; foi Superintendente regional de São Paulo; Superintendente de relações com

empresas e gerente de acompanhamento de empresas; também ocupou a Presidência da Comissão de Ética da Comissão de Valores Mobiliários, entre 2001 e 2004. Foi representando da Comissão de Valores Mobiliários em diversos conselhos administrativos, merecendo destaque sua participação no Conselho Nacional de Seguros Privados, desde 14 de janeiro de 2000; Diretor do Sistema Financeiro Nacional, anos de 96 a 2006; e, no Conselho de Gestão na Previdência Complementar na Câmara dos Recursos, este no período de 27 de abril de 99 até março de 2003.

As funções e os cargos exercidos, bem como sua formação acadêmica, mencionada em seu *curriculum*, que se encontra à disposição dos eminentes integrantes desse colegiado, revela o nível de classificação profissional e a formação técnica e acadêmica do indicado, ficando, assim, essa Comissão de Assuntos Econômicos em condição de deliberar sobre indicação do senhor Eli Loria para exercer o cargo de Diretor da Comissão de Valores Mobiliários.

Por essas razões expostas, senhor Presidente, Senador Osmar Dias, pelo curriculum apresentado, pela experiência do Senhor Eli Loria, já na Comissão de Valores Mobiliários, é que o Relator, é que esse relatório indica a aprovação e indica a condição de estarmos nesta Comissão, com todos os quesitos colocados, para aprovação do seu nome para Diretor da Comissão de Valores Mobiliários. Obrigado, senhor Presidente.

### [troca de presidência].

**SR. PRESIDENTE SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR):** Agradeço o Relator, Senador Renato Casagrande. Imediatamente passo a palavra ao Dr. Eli Loria, para sua explanação. Tem o tempo de 10 minutos. Se for necessário, prorrogaremos o prazo.

**SR. ELI LORIA:** Muito obrigado, Senador Osmar Dias, senhor Relator, Senador Renato Casagrande, senhores Senadores, senhoras Senadoras, foi com uma grande honra que recebi a indicação de meu nome para Diretor da Comissão de Valores Mobiliários, por parte do senhor Presidente da República, e agradeço ao Ministro da Fazenda, Sr. Guido Mantega, ao senhor Secretário Executivo do Ministério da Fazenda, Sr. Bernard Appy, ao Presidente da CVM, Marcelo Trindade, e, para mim, além de uma grande honra, uma grande responsabilidade de substituir o Diretor Vladimir Castello Branco Castro, meu colega, meu amigo de 28 anos de CVM, porque lá ingressamos em 78, foi o primeiro concurso público para Analista da Comissão de Valores mobiliários. E a quem rendo minhas homenagens como profissional e como pessoa também.

A responsabilidade do cargo que ora sou indicado, ela avulta quando nós vemos esse mercado batendo recorde após recorde. Ontem mesmo a bolsa de São Paulo bateu 49 mil pontos. Vemos uma indústria de fundos de investimento com patrimônio de cerca de um trilhão de reais, com cerca de 11 milhões de cotistas, uma área de derivativos que avulta também na função de hedge para o setor produtivo da economia. As ofertas públicas, em 2006,

atingiram também patamares recordes: Cerca de 125 bilhões de reais. Com isso, muitos investidores novatos, investidores neófitos chegam ao mercado. Investidores que ainda não têm consciência dos riscos que esse mercado oferece e daí o papel fundamental da CVM, sua Diretoria e seu corpo funcional. Eu agradeço a oportunidade, me coloco à disposição dos senhores Senadores, para o que for perguntado. Obrigado.

**SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC):** Senhor Presidente, quero me inscrever para—

### [troca de presidência].

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Raimundo Colombo, com a palavra.

**SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT):** Senhor Presidente, pela ordem. Quero perguntar para o senhor se a ordem de inscrição é a mesma do início desta Sessão. É outra? Por favor, quero me inscrever.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): V. Exa. será o segundo a agüir.

**SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT):** Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a brevidade e objetividade do senhor Eli Loria. Com a palavra, o senhor Raimundo Colombo.

SENADOR RAIMUNDO COLOMBO (PFL-SC): Presidente Aloizio Mercadante, cumprimentar o Relator Renato Casagrande e o senhor Eli Loria. Dizer da minha satisfação de participar dessa Sessão e dar esse depoimento. Eu acho que o Estado Brasileiro, para ser mais eficiente, ele precisa valorizar os técnicos, os profissionais que entendem da área e que dão segurança ao povo brasileiro. Cada vez que a gente coloca uma pessoa incapaz ou que desconhece o assunto, as conseqüências são terríveis e o que se enfraquece é o Estado Brasileiro. Nós estamos vivendo o apagão aéreo e a gente está vendo, na Agência Nacional, uma pessoa totalmente desinformada, despreparada, e as conseqüências, nós estamos vivendo. Por isso eu quero saudar a indicação proposta, senhor Eli Loria, vi o seu curriculum, conheci informações ao seu respeito e dou meu voto favorável com a consciência de estar fazendo bem para o Brasil. Parabéns, felicidades e que Deus lhe ajude na nova missão. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a intervenção e a forma como o Senador Raimundo Colombo se posicionou, que o senhor fortalece a convicção desse Plenário, em relação à indicação, e passo a palavra ao nobre Senador Jayme Campos.

**SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT):** Muito obrigado, Presidente Mercadante, Relator Senador Casagrande, Dr. Eli Loria. Primeiro, eu quero cumprimentar o senhor, depois do depoimento, da fala do Senador Colombo,

quase não me restava nada a falar. Todavia, eu tenho um pequeno questionamento para fazer, no bom sentido da fala, a V. Sa. Como Senador de primeiro mandato, é bom ver que tive até a preocupação de escrever aqui essa pergunta. Senador de primeiro mandato, Dr. Eli, recém-chegado a essa Casa, e conheco bem o senhor pelos seus notórios e competentes serviços prestados, ao longo de quase 30 anos, à CVM, e gostaria de formular o meu questionamento a respeito de um tema que julgo fundamental no exercício das funções para as quais S. Sa. está sendo indicada. O tema a que me refiro é o aperfeiçoamento aos mecanismos de agilidade e eficácia, capazes de conferir ao trabalho da autarquia, maior transparência e credibilidade junto aos investidores, à opinião pública e aos agentes de mercados e capitais em geral. Ultimamente, várias têm sido as oportunidades em que o vazamento de informações privilegiadas, ou a concessão de empréstimo de alto risco, em outros sinistros, de má gestão dolosa, vêm sendo investigados com empenho pela CVM, com o Ministério Público, e as demais instâncias fiscalizadoras. É o caso recentíssimo da venda da Ipiranga, por exemplo. Aos olhos de um observador comum, como eu, parece, contudo, não haver articulação ou parece faltar a integração ideal entre os organismos reguladores, como o BACEN, a SUSEP e a própria CVM, para utilizar a instituição dos recursos de informação e de fiscalização que dispõe. Mas, nesse sentido, eu faço duas indagações à V. Sa. Primeira: Que providências de ordem administrativa têm sido tomadas e que outras medidas, em sua opinião, poderiam ser adotadas para promover mais eficiência e visibilidade no intercâmbio de ações e informações entre esses órgãos? Segunda. Como nós legisladores poderíamos contribuir para esse aperfeiçoamento, promovendo alterações para melhorar a aplicabilidade da lei complementar nº. 105, que se encontra aqui na minha mão. De forma que eu quero cumprimentar o senhor, até porque já houve a votação e eu imagino que 100% dos presentes confiaram em V. Exa. para ser conduzido à Presidência da CVM. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço a V. Exa, mas a votação ainda não ocorreu, porque sem o voto de V. Exa., não há votação nessa Casa que possa ser considerada. Ainda não acabou a votação porque sem a votação de V. Exa., sem o voto de V. Exa. não há votação que possa ser considerada nessa Casa.

SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT): Já votei.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Então, a votação está realmente completa. Eu passo a palavra, então, ao nosso indicado, Eli Loria, para expressar as últimas palavras, para nós encerramos esse procedimento. Não, Senador Suplicy. Eu passaria antes ao Senador Suplicy a argüição e depois V. Exa. faz uma intervenção conclusiva sobre todos os Senadores interessados.

**SENADOR JAYME CAMPOS (PFL-MT):** O Voto secreto, Presidente, mas eu votei sim, acho que posso declarar depois do voto.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Senhor Presidente, Senador Aloizio Mercadante, cumprimento o senhor Eli Loria e pelo... Tendo sido concursado para estar trabalhando já há tantos anos com diversas funções na CVM, certamente V. Sa. tem um grau de conhecimento, de experiência louváveis e, com certeza, a sua designação leva em conta a contribuição que certamente vai poder dar à frente da CVM. Relacionada à questão que o Senador Jayme Campos colocou, acho que seria importante que pudesse nos esclarecer o seguinte: Quando surge uma operação como a que ele mencionou, do Grupo Ipiranga, comprado pela Petrobrás e outros grupos importantes no setor de petróleo e gás, aí surge a notícia de que a CVM vai verificar o que é que aconteceu, se, porventura, houve qualquer vazamento de informações e, assim por diante. Quando, por exemplo, surge uma outra aquisição muito importante, nesses últimos, em tempos recentes, como a da VARIGLOG, como da nova VARIG, ou a empresa VARIG pela Gol, também surgiram as notícias de que a CVM estaria fazendo um averiguação sobre os procedimentos havidos. Então, agradeceria se puder nos dar, usando esses dois exemplos, as informações sobre como é que a CVM procede para estar realmente informando à opinião pública das averiguações que foram elaboradas, quais foram as conclusões, normalmente qual é o prazo de conclusões de trabalhos em situações tais como essas duas que, logo, vem à memória de todos nós, por terem sido recentes. E, como uma das atribuições da CVM é estar estimulando a formação de poupança, sua aplicação em valores mobiliários, eu gostaria de lhe perguntar que medidas considera V. Sa. podem ser colocadas em prática para estar a CVM bem exercendo esta que é uma de suas principais atribuições. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço, Senador Suplicy. Não tendo mais nenhum Senador inscrito para argüição, V.Sa. poderia concluir, então, a intervenção, respondendo as questões que foram apresentadas.

SR. ELI LORIA: Obrigado, Senador Mercadante, agradeço, primeiro ao Senador Raimundo Colombo pelas palavras que me dirigiu, agradeço ao Senador Jayme Campos, Senador Suplicy, a oportunidade de manifestar sobre esses temas tão candentes. Quanto ao vazamento de informações, diretamente ao ponto, o administrador de qualquer companhia, por definição, ele é portador de informações sigilosas, decorrentes dos próprios negócios que ele conduz. Sejam informações comerciais, de fornecedores, financeiras sobre a própria companhia. A ele são atribuídos dois deveres básicos, pela lei societária: O dever de sigilo e o dever de informar. No balanceamento desses dois deveres, é que o administrador deve se conduzir. A orientação que a CVM passa, em seus normativos, e que a própria lei societária passa, é que o dever de sigilo prevalece de início, mas, no entanto, se houver qualquer movimentação anormal nas cotações dos papéis, no volume transacionado, nos números de negócios, cabe ao administrador, imediatamente, vir a público e esclarecer o que está acontecendo com a sua companhia. Isso tudo baseado na premissa de que os investidores devem ter acesso às informações de uma forma homogênea. A CVM tem que zelar para que não haja desbalanceamento das informações, a chamada assimetria informacional,

entre os investidores, até mesmo porque devemos zelar, evitando fraudes, manipulações e obtenção de vantagem ilícita por parte daquele detentor da informação que não é pública, negociando com o investidor que não detém aquela informação. Essa é que é a nossa missão no combate ao chamado Insider Trading.

Os procedimentos que a CVM realiza são sempre *a posteriori*. Ela monitora o movimento bursátil *on-line*. Todo dia nós temos grupos de acompanhamento que estão olhando todos os negócios realizados na Bolsa. Esses negócios passam por determinados aplicativos, softwares, que indicam qualquer oscilação fora de um determinado padrão que a nossa fiscalização determinou como razoável na oscilação daquele papel. Isso varia de papel para papel, de tempos em tempos, são modificados esses parâmetros. Quando o papel oscila acima de determinado percentual, dentro do padrão histórico de volatilidade daquele papel, automaticamente ascende uma luz amarela, e é realizada uma investigação. É enviado um ofício Bolsa, são remetidos todos os comitentes, todos aqueles que compraram e venderam em determinado período de tempo e a CVM, assim, inicia sua investigação. Assim foi em caso Ipiranga, caso Gol, nova VARIG e tudo mais.

O prazo depende da capacidade investigativa da CVM frente a sigilo bancário, sigilo telefônico, uma série de limitações ao poder fiscalizador da CVM. Normalmente as Comissões de Inquérito vão encerrar seus trabalhos e o caso vai a julgamento cerca de dois anos do fato. Posteriormente ao julgamento, ainda existe um recurso ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; mais um ano e meio, dois anos para, enfim, o julgamento seja completado na esfera administrativa. É assim que funcionamos.

Quanto ao estímulo à formação de poupança, algumas medidas estão sendo tomadas pela CVM, tanto do ponto de vista educacional do investidor, esse investidor cometer anteriormente, o mercado... O novato não tem a experiência, os riscos que o mercado oferece, já que nós estamos vindo de quatro anos de alta, então, o novo investidor não imagina que o mercado possa cair. Então, a parte educacional, este mês ainda a CVM estará lançando o portal do investidor, que é um *site* muito fácil uso, de interatividade muito grande, acessibilidade, em que o investidor novato poderá ter acesso a jogos, a explicações, numa linguagem bem didática, sobre o que é o mercado, o que são as ações, o que são as empresas, e isso é um aspecto educacional que a CVM tem enfatizado bastante e das universidades também.

Outro ponto que entendemos como estímulo à poupança, é o ponto da fiscalização; a fiscalização e a punição levam também ao aumento da confiança do investidor no mercado e, com isso, a elevação da poupança e esses nossos dois enfoques para esse ponto, Senador. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOÍZIO MERCADANTE (PT-SP): Encerramos nossa argüição. Senadores que ainda não votaram, por favor, se dirijam à Mesa. Eu pediria ao Senador Suplicy e Senador Flexa Ribeiro que fizessem a contagem dos votos para que a gente possa anunciar o resultado.

Queremos anunciar que a Comissão de Assuntos Econômicos indica, por unanimidade, com 20 votos, o Sr. Eli Loria para reencaminhá-lo como profissional de carreira, com quase 30 anos de serviço na CVM, para Diretoria da CVM. Quero parabenizá-lo. Acho que isso é uma valorização da carreira, da instituição e da sua trajetória profissional.

Bom, pelo adiantado da hora, nós vamos encerrar a Sessão da CAE e adiar os demais itens da Pauta para nossa próxima Sessão ordinária, terça-feira que vem.

Sessão encerrada às 12h04.